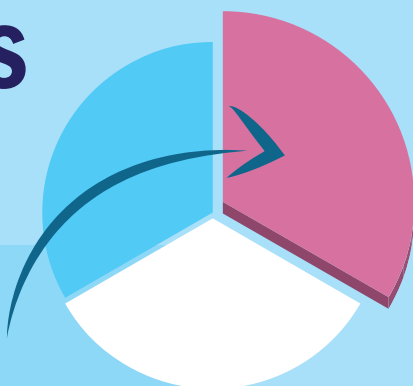


AGENDA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e da sanção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA em 1990, esse público é reconhecido como sujeitos de direitos em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, com prioridade absoluta no atendimento de suas necessidades.

55,5 MILHÕES
de pessoas com idade entre
0 E 17 ANOS

aproximadamente um
quarto da população total



Fonte: PNAD 2013

MARCOS DA AGENDA

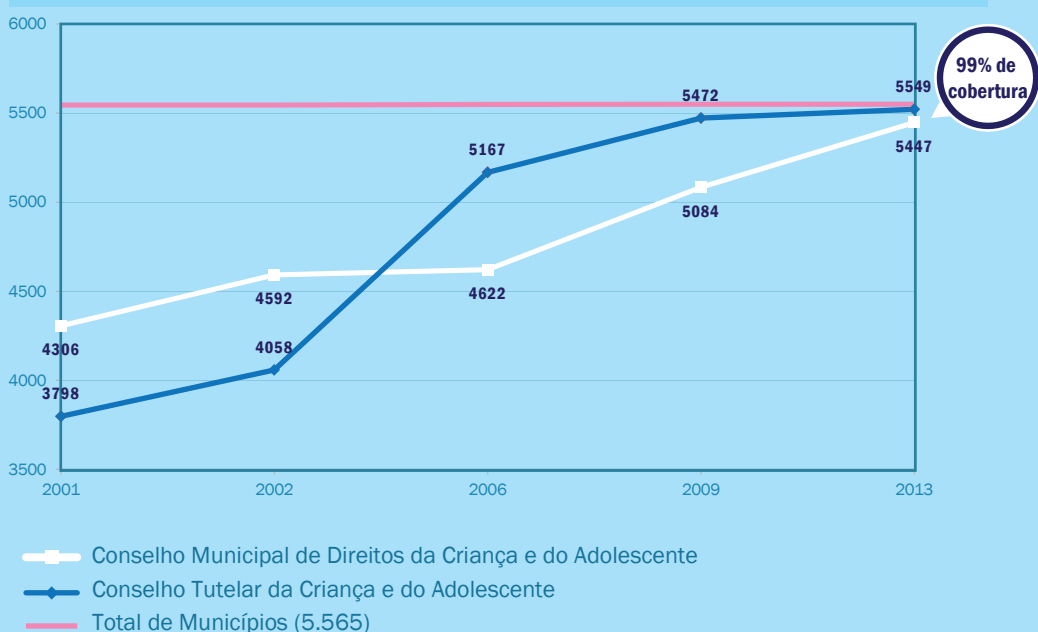
- 1959 ● Declaração Universal dos Direitos das Crianças
- 1988 ● Constituição Federal: art.227(adoção da Doutrina da Proteção Integral)
- 1989 ● Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança
- 1990 ● Sanção do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069)
- 1991 ● Lei de criação do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.242)
- 1995 ● 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- 2000 ● Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA)
- 2002 ● Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI)
- 2003 ● Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência sexual contra Crianças e Adolescentes; Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM
- 2004 ● Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (1ª versão)
- 2006 ● Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Comissão Intersetorial de Acompanhamento do Sinase

- 2007** ● Comissão Nacional Intersectorial para acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
- 2009** ● 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- 2010** ● Plano Nacional pela Primeira Infância
- 2011** ● Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2ª versão)
- 2012** ● Sanção da Lei do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- 2013** ● Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo; Revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA)
- 2014** ● Lei Menino Bernardo (Lei nº 13.010), que estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante.
- 2015** ● 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



CONSELHOS TUTELARES E DE DIREITOS PRATICAMENTE UNIVERSALIZADOS

Conselhos de Direitos e Tutelar de Crianças e Adolescentes (2001 - 2013)

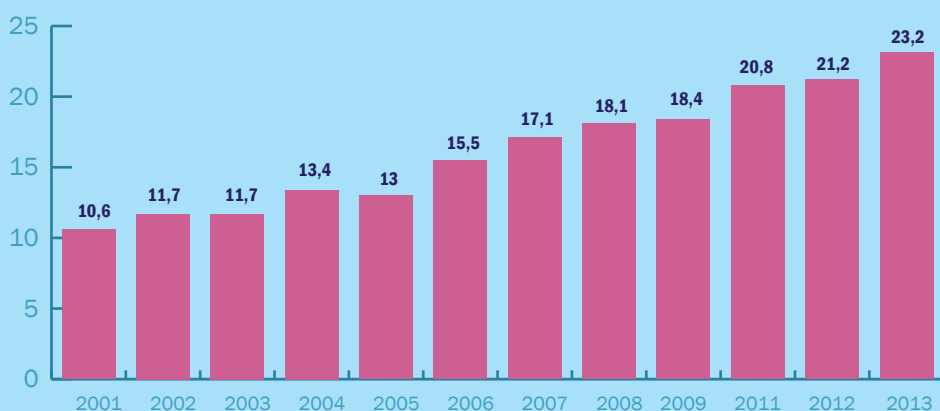




EDUCAÇÃO INFANTIL

Taxa de Frequência à Escola/Creche
População de 0 a 3 anos

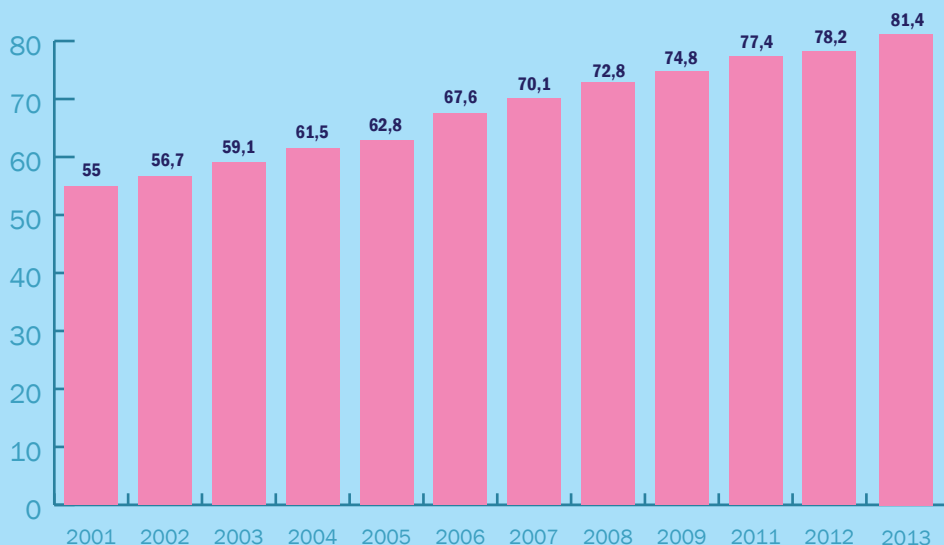
Ampliação de **119%**



Fonte: PNAD. Elaboração: SPI/MP

Taxa de Frequência à Escola - população de 4 e 5 anos

48% de crescimento



Fonte: PNAD. Elaboração: SPI/MP

TAXA DE FREQUÊNCIA: percentual que permite comparar o total de matrículas (pessoas de qualquer idade) com a população total na faixa etária adequada para a educação infantil (0 a 5 anos).



CRECHES E PRÉ-ESCOLAS

META DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAGEM DE 7.000 ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PAC 2)



2012

3.126 ESTABELECIMENTOS COM CONSTRUÇÃO APROVADA, ATENDENDO A MAIS DE 1.600 MUNICÍPIOS

Apoiada a construção de 2.131 CRECHES E PRÉ-ESCOLAS EM 1.018 MUNICÍPIOS

2013

2014
(1º sem)

942 CRECHES E PRÉ-ESCOLAS EM 704 MUNICÍPIOS

SISTEMÁTICA DE ANTECIPAÇÃO DOS REPASSES ACELERA E INCENTIVA A CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS NOS MUNICÍPIOS



AMPLIAÇÃO EM 50% DO VALOR DO REPASSE POR VAGA OCUPADA POR CRIANÇAS BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA EM CRECHES PÚBLICAS OU CONVENIADAS

AMPLIAÇÃO EM 66% DO VALOR REPASSADO PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM CRECHES PÚBLICAS E CONVENIADAS

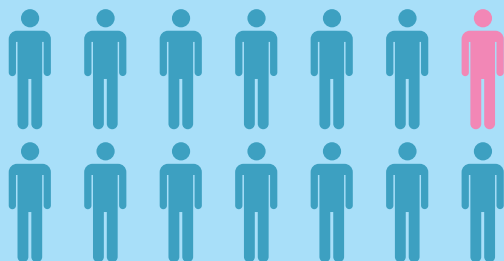


PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA FOI ESTENDIDO ÀS CRECHES E PRÉ-ESCOLAS



ENSINO FUNDAMENTAL

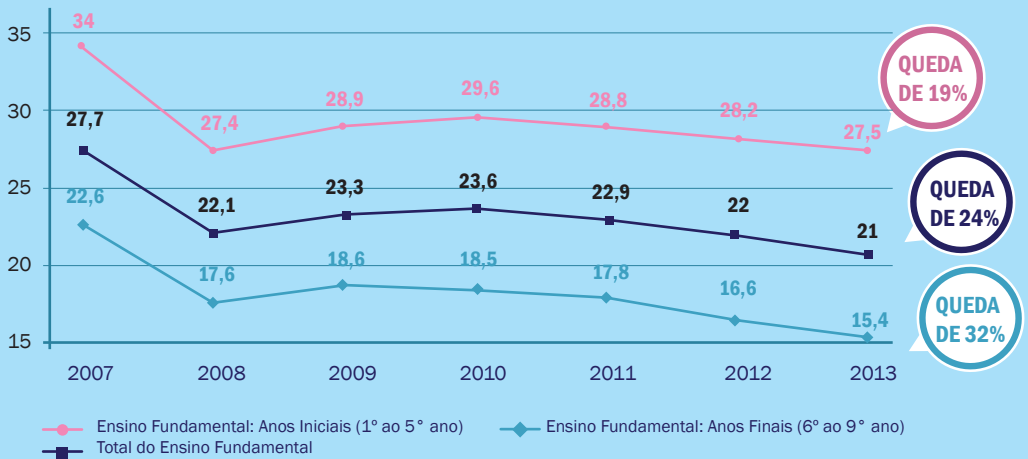
Universalização e Níveis Mínimos de Analfabetismo



ATUALMENTE APENAS 0,8%

DOS JOVENS DE 15 A 17 ANOS NÃO SABEM LER E ESCREVER (ERAM 2,1% EM 2004)

Queda da Taxa de Distorção Idade-Série: Cada vez mais alunos frequentam aulas em séries adequadas à sua idade

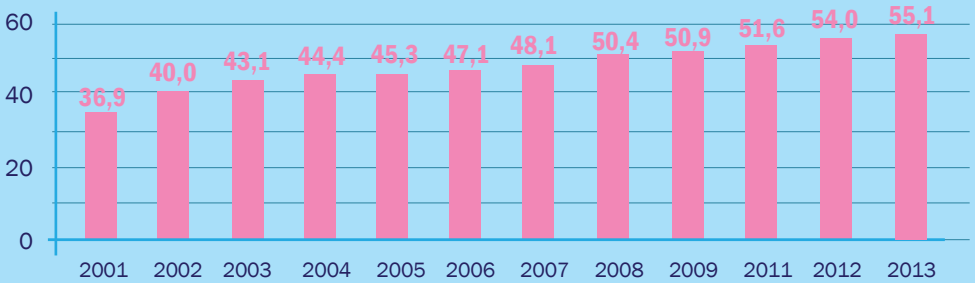


Fonte: SIMEC/MEC. Elaboração: MPOG/SPI.

ENSINO MÉDIO

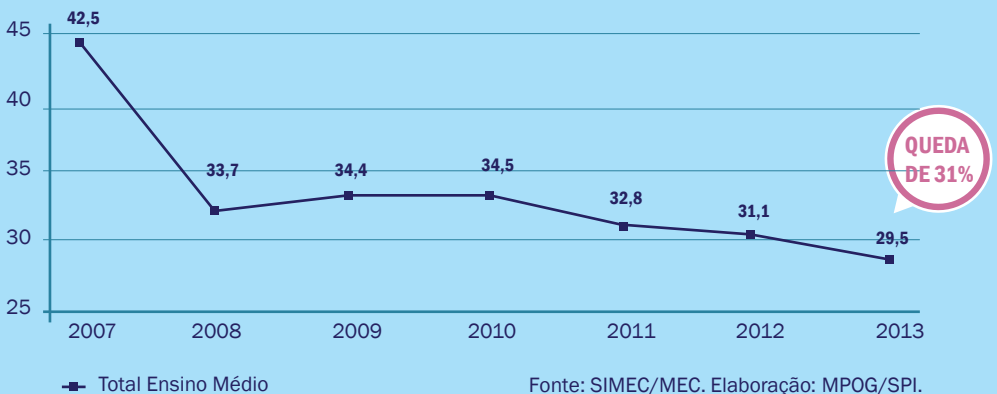
Taxa de Escolarização Líquida: Cresce o número de alunos frequentando o Ensino Médio

EVOLUÇÃO DE 49%



Fonte: PNAD. Elaboração: SPI/MPOG.

Redução da média geral de atraso escolar no Ensino Médio



Fonte: SIMEC/MEC. Elaboração: MPOG/SPI.



O BOLSA FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO

As condicionalidades do Bolsa Família contribuíram para os avanços na área de educação

COMPROMISSO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS É A FREQUÊNCIA ESCOLAR DE PELO MENOS 85% DE CADA INTEGRANTE EM IDADE ESCOLAR (DE 6 A 15 ANOS)

ENTRE ABRIL E MAIO DE 2014, FOI ACOMPANHADA A FREQUÊNCIA ESCOLAR DE 15,4 MILHÕES DE CRIANÇAS E JOVENS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA: 46% DAS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ESTUDANTES DO ENSINO PÚBLICO DO BOLSA FAMÍLIA TÊM ALCANÇADO RESULTADOS POSITIVOS NOS ÚLTIMOS ANOS (CENSO ESCOLAR/MDS):

No ensino fundamental, a taxa de aprovação passou de 81,1% em 2008 para 85,2% em 2012. A taxa de abandono em 2012 foi de 2,8% para os beneficiários do programa, enquanto foi de 3,2% para não beneficiários.

No Ensino Médio, em 2012, a taxa de aprovação dos beneficiários do Bolsa Família foi de 79,7%, enquanto foi de 75,5% para os não beneficiários. Já a taxa de abandono é de 7,4% entre os beneficiários do programa, ante 11,3% dos não beneficiários.



PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO (PME)

Educação integral: ampliação da jornada escolar nas escolas públicas para no mínimo 7 horas diárias

54.125
ESCOLAS ATENDIDAS
ATÉ 2014
90% DA META DE
60 MIL

Apenas em 2013 houve adesão de mais de **49 mil escolas**, incluído o atendimento a 32 mil escolas com mais de **50% de alunos oriundos de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família**

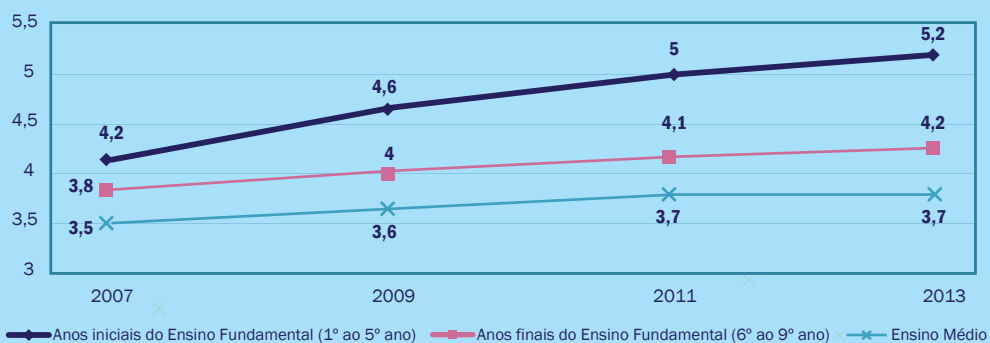
Mais de 19 mil escolas do campo, indígenas ou quilombolas aderiram: mais de 60% estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste.

Segundo Tempo + PME: Esporte na Escola
3,6 milhões de estudantes beneficiados até 2014



ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB

Aprimoramento da qualidade do ensino básico



SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SINASE

Após a promulgação da Lei Federal 12.594/12, foi elaborado no ano seguinte o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, com 73 metas previstas para os próximos dez anos. O plano compõe-se ainda de diagnóstico situacional do SINASE em âmbito nacional, estabelecendo princípios e diretrizes da política de socioeducação.

Destaca-se ainda a Escola Nacional de Socioeducação – ENS, cujo objetivo é estimular o desenvolvimento das formações continuadas dos/as profissionais de todas as áreas e níveis de atuação vinculados às medidas socioeducativas.

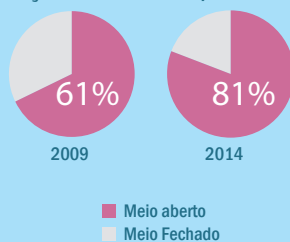
Medidas sócioeducativas (2012)

20 mil meio fechado

90 mil meio aberto

Medida provisória nº 630/2013 inclui a construção, reforma e ampliação das unidades socioeducativas no RDC

Relação meio aberto/meio fechado



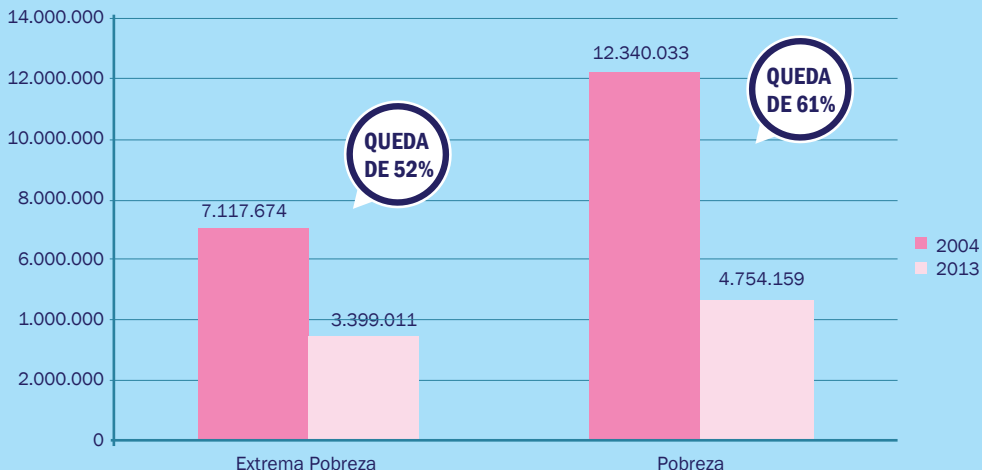
DIMINUIÇÃO DA POBREZA E DA EXTREMA POBREZA: PRIORIDADE ABSOLUTA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Bolsa Família contribuiu para a queda da pobreza e extrema pobreza entre crianças e adolescentes ao longo dos últimos anos

Em 2012, a Ação Brasil Carinhoso complementou o Bolsa Família assegurando renda de pelo menos R\$ 70 por pessoa a famílias extremamente pobres com crianças na faixa etária dos 0 aos 6 anos, eliminando a extrema pobreza entre os beneficiários do programa

Mais tarde o benefício foi ampliado a todas as famílias do Bolsa Família, independente de terem crianças em sua composição

Distribuição da população de 0 a 17 anos em situação de extrema pobreza e pobreza 2004-2012



Fonte: IBGE/PNAD. Obs: Foram considerados extremamente pobres a população com rendimento domiciliar per capita de até R\$70 e de R\$71 a R\$140, respectivamente (valores de set/2012)



SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Desenvolvimento saudável

As condicionalidades de saúde do Bolsa Família contribuem para o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso

Gestantes e nutrizas devem realizar o pré-natal, comparecer às consultas e participar de atividades educativas sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável

Os responsáveis por crianças menores de 7 anos devem observar o calendário de vacinação e acompanhar o estado nutricional e de desenvolvimento das crianças

Prevenção de doenças

VITAMINA A: Expansão da distribuição de doses para crianças entre 6 meses e 5 anos (Brasil Carinhoso). A deficiência dessa vitamina pode provocar cegueira noturna e aumenta o risco de morbidades, mortalidade e anemia;

SULFATO FERROSO: Expansão da oferta na Rede de Atenção Básica de Saúde para crianças menores de 24 meses, prevenindo a deficiência de ferro e a anemia;

MEDICAMENTOS PARA ASMA: Distribuição gratuita nas Farmácias Populares. A asma é a segunda maior causa de internação e óbito de crianças.

Rede Cegonha: qualificação da atenção obstétrica e infantil

440 novos leitos neonatais (193 Unidades de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN e 247 Unidades de Cuidados Intensivos Neonatal - UCIN) e 861 receberam custeio para qualificação do cuidado neonatal.

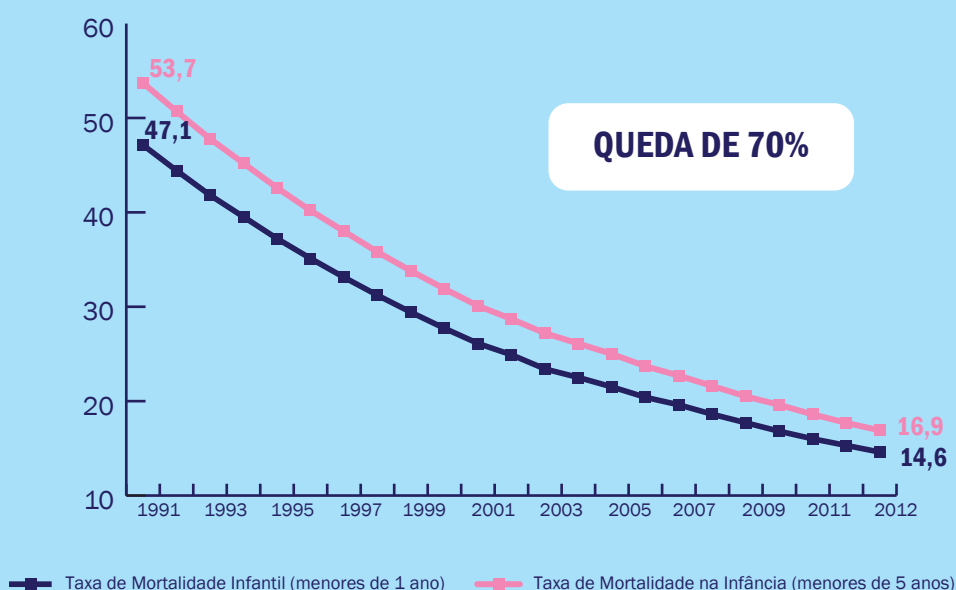
2.970 leitos de UTI Neonatal habilitados, sendo 766 criados desde o início do programa e 2.204 leitos de UTI Pediátrica no âmbito da Rede Cegonha.

Teste do Pezinho e detecção da fibrose cística universalizados em todo o Brasil.

Triagem neonatal para 6 doenças será expandida para todos os Estados até o final de 2014. Em 2013, 12 Estados estavam habilitados para a triagem neonatal na fase IV.

“Cuidando de Adolescentes na Rede Cegonha” para apoiar as equipes de saúde na resposta necessidades da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens.

Mortalidade infantil em trajetória descendente



Fonte: MS/SVS/DASIS/CGIAE - SIM/Sinac e Busca Ativa. Elaboração: SPI/MPOG
Obs: para o período de 1990 a 1999, valores projetados pelo MS/SVS/CGIAE.
Para o ano de 2012, valores projetados

Programa Saúde na Escola – PSE

Promoção, prevenção e atenção à saúde para enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino

Em 2013, creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos foram incluídos no PSE

80,4 MIL ESCOLAS

18,7 MILHÕES DE EDUCANDOS

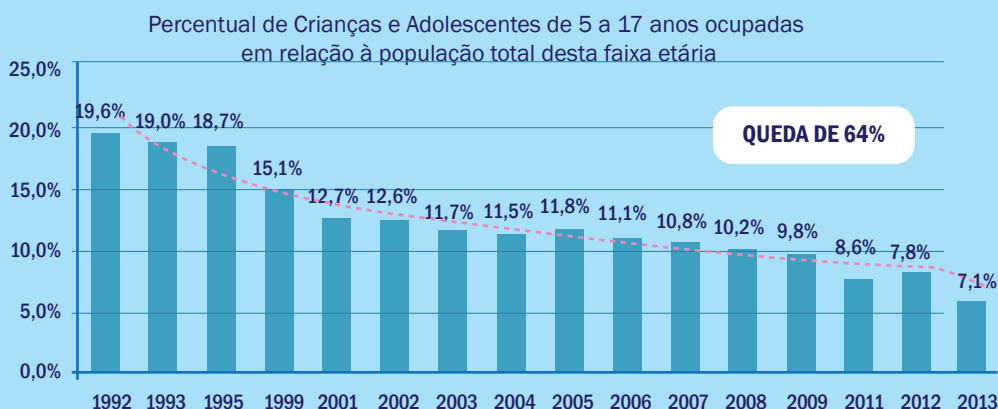
4.864 municípios (87,3% do total). Em cada município pelo menos uma creche ou pré-escola participa do PSE



COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

Brasil é destaque mundial

Resultados positivos ao longo dos últimos 20 anos credenciaram o País a sediar 3ª Conferência Global do Trabalho Infantil (Brasília, 2013)



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: SPI/MPOG.

Fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego

Para o período do PPA 2012-2015 são esperadas 25.000 fiscalizações especializadas para a erradicação do trabalho infantil

Até o momento, foram realizadas 19.597 ações fiscais, 78% da meta

PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

- Oferece transferência de renda, acompanhamento familiar e serviços socioassistenciais a crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos retirados de situações de trabalho (ressalvada a condição de aprendiz).
- O programa contribui para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos de situações de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 anos, oferecendo transferência de renda, acompanhamento familiar e oferta de serviços socioassistenciais.
- 200.626 famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil foram inseridas em acompanhamento no ano de 2013 (RMÁ/SUAS).
- Brasil alcançou o “núcleo duro” do trabalho infantil: a incidência encontra-se em atividades desenvolvidas em locais fora do alcance dos órgãos de fiscalização. A partir deste diagnóstico, o PETI foi redesenhado, compreendendo as seguintes ações:

a) sensibilização dos agentes públicos, movimentos sociais, centrais sindicais e associações;

b) realização de campanhas nacionais e estaduais;

c) realização de audiências públicas para definir estratégias e firmar compromissos com os municípios;

d) intensificação da busca ativa;

e) acesso a transferência de renda e desenvolvimento de ações intersetoriais para inserção da criança, adolescente e suas famílias nos serviços socioassistenciais e demais políticas públicas;

f) fomento das ações de fiscalização;

g) articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares.

Aprendizagem Profissional

Previsão legal de que médias e grandes empresas contratem número de aprendizes equivalente a no mínimo 5% e no máximo 15% do seu contingente total de trabalhadores.

Comprovado o descumprimento dessa obrigação, as empresas são notificadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego a contratar aprendizes.

854.328 aprendizes contratados desde 2012

565.251 adolescentes de 14 a 17 anos, representando 66% do total.



ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL

PAIR: Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro

- ◆ **ARTICULAÇÃO DAS REDES LOCAIS;**
- ◆ **CONSTRUÇÃO DE DIAGNÓSTICOS PARTICIPATIVOS;**
- ◆ **DEFINIÇÃO DE PLANOS LOCAIS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES;**
- ◆ **ARTICULAÇÃO COM O SETOR CORPORATIVO;**
- ◆ **REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.**

O PAIR:

**ENCONTRA-SE EM 506
MUNICÍPIOS EM TODO O PAÍS**

**73 DESSES COM MAIS DE
300 MIL HABITANTES**

**NO CONTEXTO DE MEGAEVENTOS, GRANDES EMPREENDIMENTOS
E ROTA DA EXPLORAÇÃO SEXUAL, 25 MUNICÍPIOS DESENVOLVEM
O PROGRAMA**

O Governo Federal cofinancia a oferta de serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos nas mais de 2.314 unidades CREAS distribuídas por 2.078 municípios do país.

Crianças e adolescentes vítimas de violência sexual são atendidas por serviços que visam contribuir para romper com padrões violadores de direitos, situações de violência e exploração, fortalecer vínculos familiares e comunitários e a função protetiva da família, objetivando a superação das situações vivenciadas, o acesso à rede de proteção social e a prevenção de agravamentos por violação de direitos.



SEGURANÇA PÚBLICA

Fortalecimento e qualificação das Delegacias Especializadas de Atendimento às crianças e adolescentes: aquisição de equipamentos de informática, mobiliário, viaturas, armamentos e equipamentos de EPI (equipamento de proteção individual).

Em 2013 foram apoiadas 12 propostas: investimentos de R\$ 6,44 milhões.

CAPACITAÇÕES

Capacitados, presencialmente, 476 profissionais de segurança pública (80 horas-aula), 107 em 2012 e 369 em 2013 no curso “Investigação de homicídios e drogas ilegais”, do qual faz parte a disciplina “Ocorrências envolvendo crianças e adolescentes” (Programa Brasil Mais Seguro).

Na modalidade à distância, entre 2012 e 2013, foram promovidos diversos cursos que abordam ilícitos penais cometidos contra criança e adolescentes, incluído o tema da exploração sexual. Ao todo foram capacitados 41.676 profissionais da segurança pública nesta modalidade.

Este material foi produzido pela SPI/MP como insumo a esta reunião de trabalho. Seguindo o disposto na legislação eleitoral, solicitamos que não haja manifestação de apoio ou repúdio a quaisquer candidaturas relativas às próximas eleições.

AGENDA JUVENTUDE

As políticas públicas de juventude pautam-se pela busca da autonomia e emancipação de indivíduos entre 15 e 29 anos de idade, reconhecendo a juventude enquanto fase singular da vida, dotada de especificidades e rica em diversidade (social, cultural, sexual, econômica, de gênero, étnico-racial e territorial), não constituindo mera transição da adolescência para o mundo adulto.

Agenda Juventude



Marcos da Agenda





Avanços na gestão da política

ESTATUTO DA JUVENTUDE (2013): cidadania, participação social, representação, educação, trabalho, diversidade, igualdade, saúde, cultura, comunicação, liberdade de expressão, esporte e lazer, mobilidade, meio ambiente, segurança pública, justiça

BENEFÍCIOS SOCIAIS – a) MEIA PASSAGEM PARA JOVENS DE BAIXA RENDA: 2 vagas gratuitas e 2 vagas com 50% de desconto em viagens rodoviárias interestaduais.

b) MEIA-ENTRADA: jovens de baixa renda e estudantes

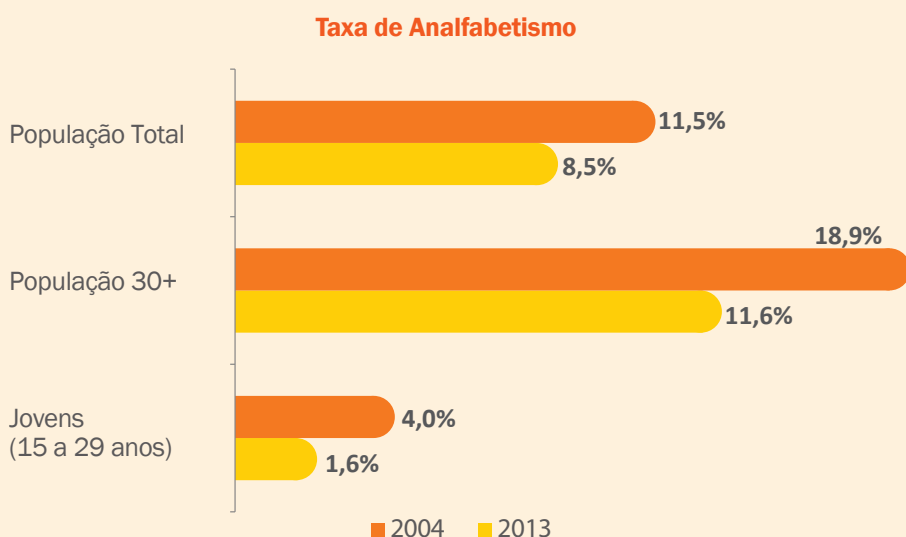
PARTICIPATÓRIO – Observatório Participativo da Juventude: ambiente público para construção coletiva, socialização de conhecimentos e participação social

COIJUV - Comitê Interministerial da Política de Juventude: Elaboração e monitoramento da Política, Sistema e Plano Nacionais



Educação e formação profissional

QUEDA NA TAXA DE ANALFABETISMO



Fonte: IBGE/PNAD

A existência de longo período de prevalência de políticas de universalização do ensino fundamental permitiu que se atingisse baixa taxa de analfabetismo entre os jovens

PROJOVEM URBANO:

elevação da escolaridade e qualificação profissional



200 MIL JOVENS DE 18 A 29 ANOS ATENDIDOS EM 2012/13 COM AUXÍLIO FINANCEIRO (R\$100,00) + salas de acolhimento para seus filhos durante as aulas

53% DA REGIÃO NORDESTE

IDADE MÉDIA DE 23 ANOS: 61% COM IDADE ENTRE 18 e 24 anos e 39% entre 24 e 29 anos

61% DO PÚBLICO É FEMININO E 83% NEGRO



EDIÇÃO 2013

9 ESTADOS E 94 MUNICÍPIOS (SENDO 67 MUNICÍPIOS DO JUVENTUDE VIVA)

Já a edição 2014 do ProJovem Urbano prevê o atendimento a 103.850 jovens, com a adesão de 15 estados e 116 municípios, além da oferta do curso nas unidades prisionais de 6 estados para 800 jovens

Projovem Campo: Saberes da Terra será implementado, em 2014, em 303 municípios e 15 estados, beneficiando mais de **47 mil jovens**

PRONATEC - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO

Até o 1º semestre de 2014 cerca de **7,7 milhões** de pessoas foram **BENEFICIADAS** pelo programa

META
8 milhões
DE VAGAS
até 2015

EXPANSÃO DE REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

208 NOVAS
unidades,
193 JÁ EM
funcionamento

Ao final
da expansão
SERÃO 562
unidades
EM 512
municípios

Apenas
Em 2014:
77 UNIDADES
INICIARAM
funcionamento -
62,8 MIL
novas vagas

▶ APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

Inserção protegida de jovens de 14 a 24 anos e das pessoas com deficiência sem limite de idade.



Pela CLT, entre 5% e 15% dos trabalhadores de médias e grandes empresas devem ser aprendizes



Desde 2005: 1,9 milhão de aprendizes



2012-2014: 856 mil aprendizes, 53% da meta de 1,2 milhões até 2015



CRECHES E EDUCAÇÃO INFANTIL

CONSTRUÇÃO E EQUIPAGEM DE 7.000 ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC 2)



2012: APROVADA A CONSTRUÇÃO DE 3.126 CRECHES E PRÉ-ESCOLAS EM 1.600 MUNICÍPIOS



2013: 2.131 CRECHES E PRÉ-ESCOLAS EM 1.018 MUNICÍPIOS

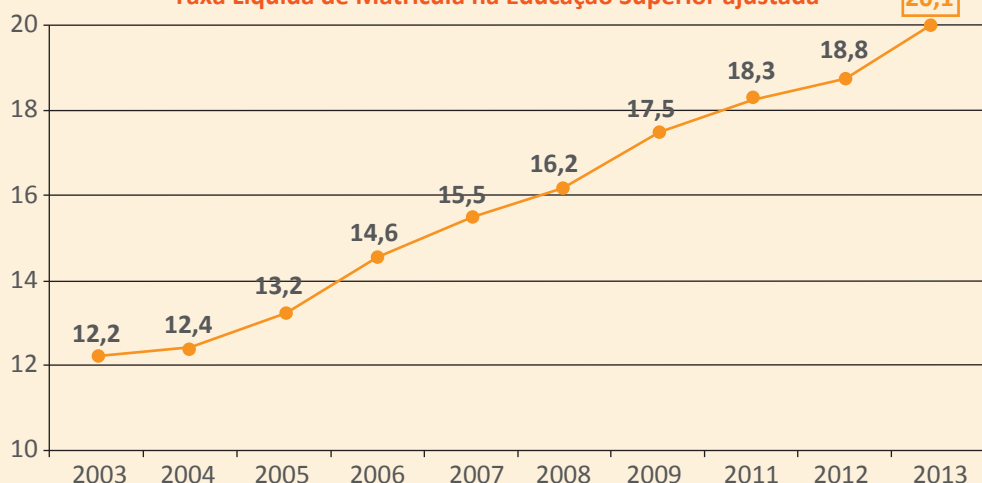


2014: 1º SEM 942 CRECHES E PRÉ-ESCOLAS EM 704 MUNICÍPIOS



MAIS JOVENS ENTRE 18 E 24 ANOS NO ENSINO SUPERIOR

Taxa Líquida de Matrícula na Educação Superior ajustada



Fonte: SIMEC/MEC. Relação entre o número de pessoas entre 18 e 24 anos que declaram frequentar o ensino superior ou que já concluíram esse nível e a população nessa faixa etária, considerada adequada para esse nível de ensino.



MAIS PESSOAS NO ENSINO SUPERIOR
No mesmo período, houve **AMPLIAÇÃO DE 84% NO NÚMERO DE MATRÍCULAS** no ensino superior: **DE 3,9 MILHÕES EM 2003 PARA 7,3 MILHÕES EM 2013**



EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR



47 novos campi até 2014
- 30 já funcionando no 1º semestre de 2014

AO FINAL DESTA EXPANSÃO:
321 unidades em 272 municípios



CURSOS NOTURNOS 2012:
74.342 vagas, 31% do total

PROUNI - PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS -
1,42 milhão de estudantes 146 mil em 2014



FIES - FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL:
1,69 milhão de contratos
520 mil apenas em 2014



Juventude Rural

FORTALECIMENTO DA AUTONOMIA DA JUVENTUDE RURAL

Em 2014 foi lançado o Pajur - Programa de Fortalecimento da Autonomia da Juventude Rural.

O programa associa a formação cidadã, com base nos preceitos agroecológicos e sustentáveis, estimulando o intercâmbio de experiências e a ampliação do acesso às políticas públicas e às tecnologias sociais.

O objetivo é assegurar a ampliação do acesso à políticas públicas, capacitação e o apoio a microprojetos produtivos, fortalecendo a autonomia e emancipação da agricultura familiar, camponesa e dos povos e comunidades tradicionais.

Ciclo de fortalecimento da juventude rural



Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra

O Plano é uma articulação de políticas públicas (44 programas de 11 ministérios) com o objetivo de ofertar ações nos 142 municípios brasileiros que concentraram, em 2011, 70% dos homicídios contra jovens.

Plano Juventude Viva

PRESENTE EM
7 ESTADOS E
47 MUNICÍPIOS
COM ADESÃO PACTUADA



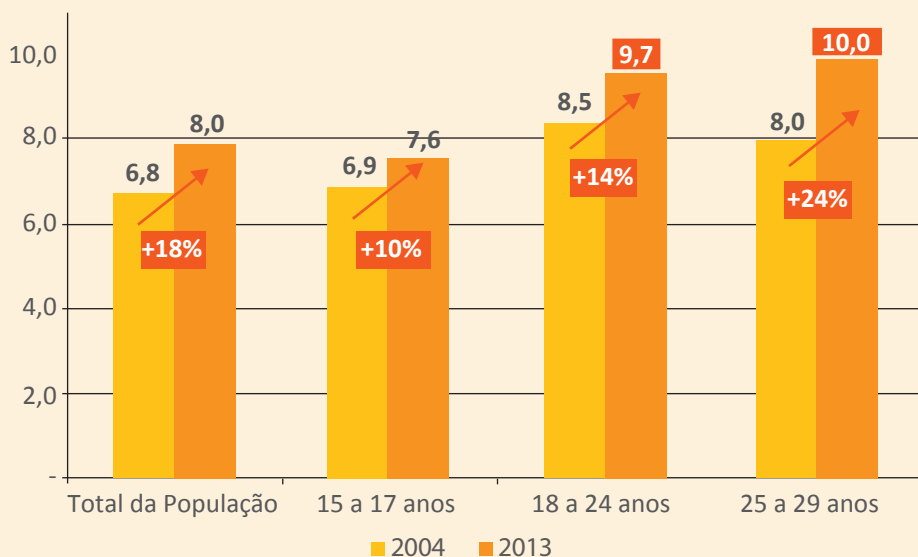
Na modalidade adesão voluntária, em que as localidades devem aderir às ações por iniciativa própria às ações, 40 municípios tiveram sua adesão validada em 12 estados.



Avanços e destaques

AUMENTO DA MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO

Média de Anos de Estudo

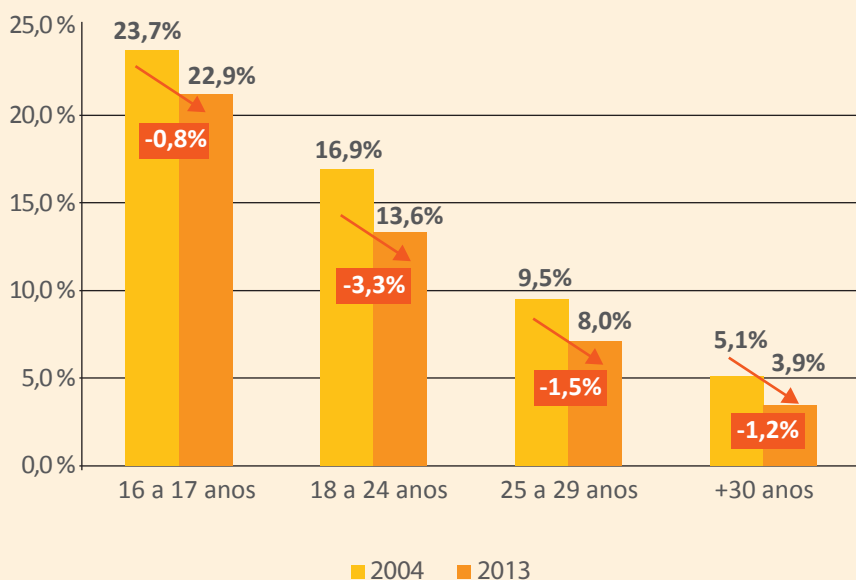


Fonte: IBGE/PNAD

O esforço do Governo Federal via política de educação básica e de educação superior vem contribuindo para a ampliação da média de anos estudados, com os valores mais expressivos nas faixas etárias a partir dos 18 anos.

QUEDA NA TAXA DE DESEMPREGO

Taxa de desocupação

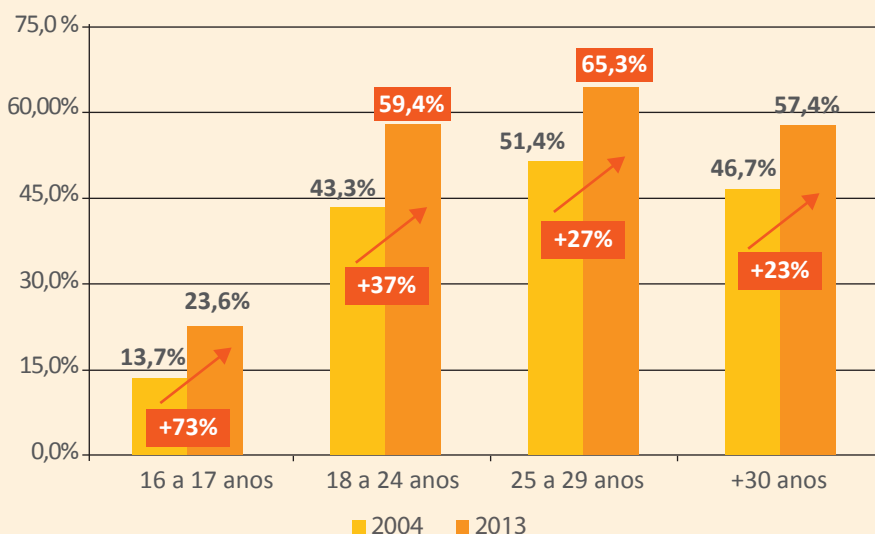


Fonte: IBGE/PNAD. Obs: Taxa de desocupação (ou desemprego aberto) - percentagem das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

Para jovens de 18 a 29 anos o desemprego caiu em ritmo maior em relação às faixas etárias acima de 30 anos.

AUMENTO DA TAXA DE FORMALIDADE

Taxa de formalidade das pessoas ocupadas de 16 a 29 anos

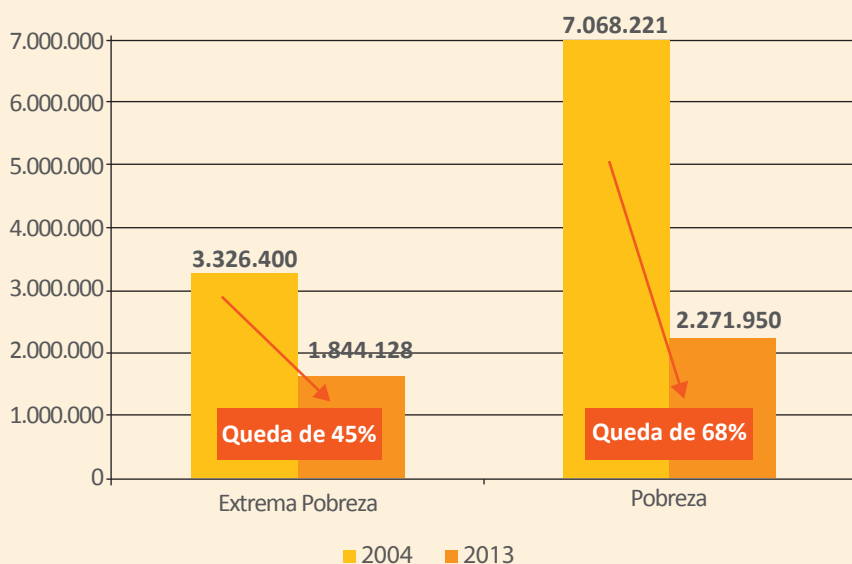


Fonte: IBGE/PNAD. Obs: percentagens de trabalhadores com contrato formal de trabalho, dividido pelo número total de ocupados

Evolução acentuada da formalização de ocupações desempenhadas por jovens

DIMINUIÇÃO DA POBREZA ENTRE JOVENS

Distribuição da população jovem (15 a 29 anos) em situação de extrema pobreza e pobreza



Fonte: IBGE/PNAD. Obs: foram considerados extremamente pobres e pobres a população com rendimento domiciliar per capita de até R\$ 70 e de R\$ 71 a R\$ 140, respectivamente (valores de set/2012)

A superação da extrema pobreza e da pobreza contribui para a prevenção da entrada precoce e pouco qualificada do jovem no mercado de trabalho



CRACK É POSSÍVEL VENCER

Até o fim de 2013 foram ofertados cursos de capacitação para 141.770 educadores de escolas públicas, da Educação Básica, habilitando-os para o desenvolvimento de programas e projetos de prevenção do uso de drogas e de comportamentos de risco entre crianças, adolescentes e jovens, no contexto escolar

Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU)
e Centros de Iniciação ao Esporte (CIE)



Os Jovens também têm acesso à cultura e ao esporte por meio dos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU) e de Centros de Iniciação ao Esporte (CIE), ambos pertencentes à carteira do PAC2



No primeiro caso, os CEUs proporcionaram, em um mesmo espaço físico, atividades esportivas, culturais e de lazer, além de possibilitar a formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital



Foram contratados **348 CEUs em 318 municípios localizados em todos os estados, somando investimentos de R\$ 770 milhões no total. Destes, 91% estão em obras, sendo que 27 CEUs já estão concluídos**

Os CIEs ofertam **equipamento esportivo público qualificado, incentivando a iniciação ao esporte em territórios de vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras. Neles, são integradas atividades voltadas ao esporte de alto rendimento para estimular a formação de atletas entre os jovens**

Os CIEs serão **implantados em todos os estados com 263 municípios selecionados. Serão 285 centros com previsão de investimento total da ordem de R\$ 967 milhões. Como o programa foi criado no ano de 2013, todos os centros encontram-se em fase de contratação**



Estação Juventude

execução de uma série de ações, ancoradas em um equipamento público, fixo ou itinerante, com instrumentos e equipe capacitada para disponibilizar informações, orientações e atividades para que os jovens possam acessar programas e serviços que contribuam para o desenvolvimento de seus percursos de inclusão, autonomia e participação social.

a) Unidade Complementar: com o objetivo de potencializar espaços estruturados e otimizar recursos. Está proposto para funcionar em equipamentos de outros programas ou espaços de ação do Governo Federal, Estadual ou Municipal. Desenvolve-se por convênios com municípios.

b) Unidade Itinerante (Rurais e Urbanas): com o objetivo de levar o Programa até os jovens que residem em áreas com pouca presença de equipamentos públicos, sobretudo jovens do meio rural, mas também das periferias urbanas, funciona em veículos adaptados para desenvolver ações em um território que contenha mais de um município, por meio de itinerância que contém periodicidade. Convênios com Estados ou, no caso das urbanas, com Municípios com mais de 2 milhões de habitantes.

2012: 22 convênios firmados **2013/2014: 49 convênios firmados**

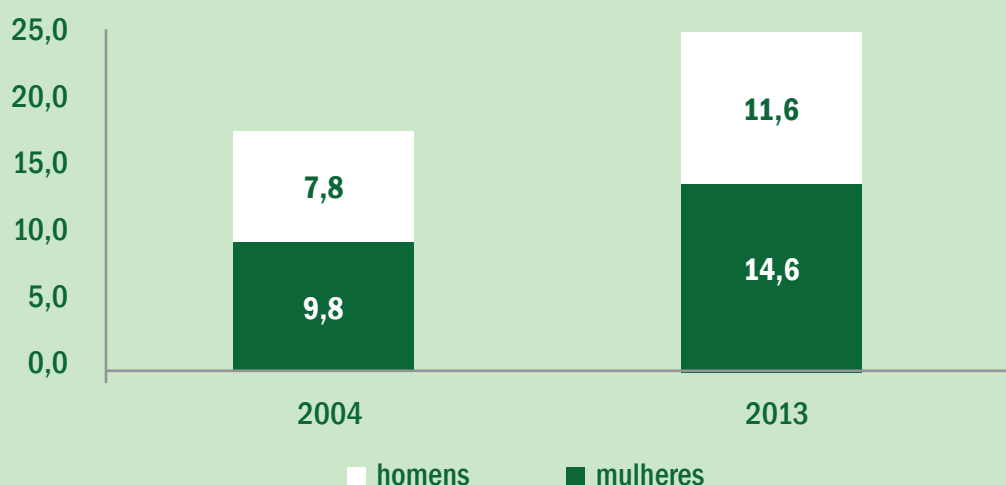
AGENDA PESSOA IDOSA

A Agenda transversal Pessoa Idosa explicita os compromissos do Governo Federal para implementar as políticas públicas relacionadas com a promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas. Tais compromissos estão expressos em programas, objetivos e metas do PPA 2012-2015.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO IDOSA 2004 A 2012

A população idosa saltou de 17,6 milhões, em 2004, para 26,2 milhões, em 2013

O QUE REPRESENTA QUASE 13%
DA POPULAÇÃO TOTAL



Fonte: PNAD. Elaboração: SPI



MARCOS DA AGENDA

- 1990** ● Criação do SUS
- 1992** ● Assembleia da ONU princípios e diretrizes voltados à pessoa idosa
- 1993** ● Lei orgânica da assistência social – LOAS
- 1994** ● Política Nacional do Idoso e Criação do Conselho Nacional do Idoso
- 1996** ● PNDH I – Programa Nacional de Direitos Humanos
- 1999** ● Ano Internacional da Pessoa Idosa/ONU e Política de Saúde do Idoso aprovada

- 2001** ● Política Nacional de Prevenção a Morbi-mortalidade por Acidentes e Violência
- 2002** ● PNDH II / Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI)
- 2003** ● Estatuto do Idoso
- 2004** ● Plano de Ação Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa
- 2006** ● 1ª Conferência Nacional de Direitos da Pessoa Idosa
- 2007** ● II Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa
- 2009** ● PNDH III e 2ª Conferência Nacional de Direitos da Pessoa Idosa
- 2010** ● Fundo Nacional do Idoso
- 2011** ● 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos e 3ª Conferência Nacional de Direitos da Pessoa Idosa
- 2013** ● Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo



SAÚDE

Atenção Domiciliar

602 EQUIPES DE ATENÇÃO DOMICILIAR IMPLANTADAS ENTRE 2012 E 2014
(sendo 397 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD))

205 EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DE APOIO (EMAP)

Academias da Saúde

4.071 POLOS HABILITADOS COM INFRAESTRUTURA EQUIPAMENTOS E PESSOAL QUALIFICADO
(sendo 1.056 em processo inicial de habilitação, 1.387 em fase preparatória, 1.108 com obras iniciadas e 520 concluídos)



Vacinação contra a gripe

88% DE COBERTURA
vacinando mais de 18 milhões de idosos



Aperfeiçoamento em envelhecimento e saúde da pessoa idosa

2.547 ALUNOS FORMADOS
EM CURSO À DISTÂNCIA ENTRE 2012/14



Farmácia Popular: ampliação da rede credenciada

1.504 MUNICÍPIOS DO MAPA DA EXTREMA POBREZA:
ampliação da cobertura populacional,
sobretudo em áreas de maior vulnerabilidade social

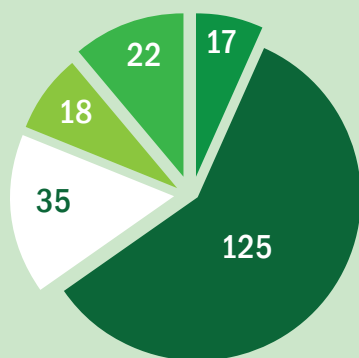


PREVIDÊNCIA SOCIAL

Plano de Expansão da Rede de Atendimento - PEX

333 UNIDADES DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL INAUGURADAS DESDE 2009, SENDO 217 NO PERÍODO 2012 E 2014
FEV/2014 - 31,2 milhões de benefícios emitidos
dos quais **21,3 milhões** para pessoas idosas

Agências Inauguradas por Superintendência (2012-2013)



- Superintendência Nordeste
- Superintendência Norte/Centro-Oeste
- Superintendência Sudeste I
- Superintendência Sudeste II
- Superintendência Sul

Fonte: INSS. Elaboração: SPI



ASSISTÊNCIA SOCIAL

Benefício de Prestação Continuada - BPC



Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

Envelhecimento saudável, desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, fortalecimento dos vínculos familiares e convívio comunitário

421 mil idosos atendidos em 2012

422 mil idosos atendidos em 2013 (Censo SUAS)

Centros de Referência Especializada da Assistência Social - CREAS



EDUCAÇÃO

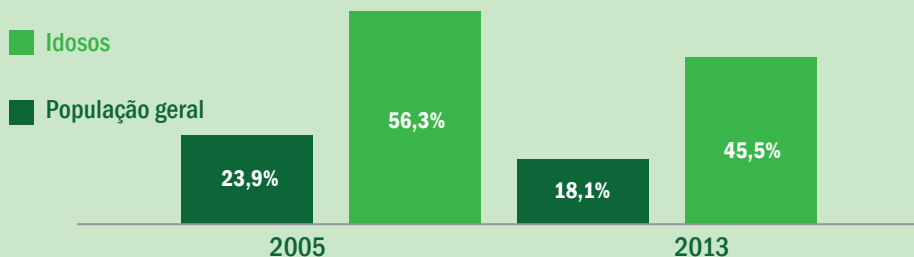
Programa Brasil Alfabetizado - PBA

1,7 MILHÃO DE PESSOAS IDOSAS ATENDIDAS ENTRE 2008 E 2012

REPRESENTANDO 25,4% DO TOTAL DE PESSOAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA NO PERÍODO



Taxa de analfabetismo funcional



DESENVOLVIMENTO URBANO

Minha Casa, Minha Vida

40 MIL IDOSOS COM RENDA ATÉ R\$ 1.600,00 BENEFICIADOS DESDE 2009



DIREITOS HUMANOS

Disque 100: denúncias de violência contra idosos

MAIS DE 10 MIL DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA OS IDOSOS EM 2013

16.785 denúncias de violação dos direitos das pessoas idosas que envolvem abuso financeiro em 2013, sendo que 69% das vítimas são mulheres idosas e 31% são homens idosos

AGENDA POLÍTICAS PARA MULHERES

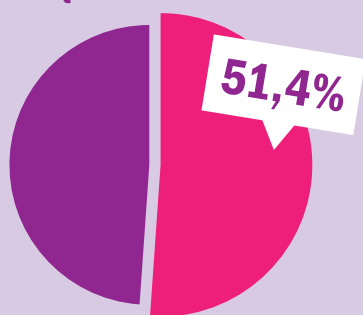
As políticas públicas para as mulheres pautam-se pelo enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher e pela promoção de sua autonomia econômica e social. A Agenda Transversal de Políticas para as Mulheres é composta por 36 Programas, 111 Objetivos e 273 Metas nas áreas de igualdade racial, educação, saúde, assistência social, desenvolvimento social, direitos humanos, agricultura familiar e reforma agrária, cidadania e justiça, segurança pública, trabalho e emprego e meio ambiente, entre outras.

HOJE O BRASIL CONTA COM MAIS DE

103,6 MILHÕES DE MULHERES

DESTINATÁRIAS DESTAS POLÍTICAS

O QUE REPRESENTA



da população total
(PNAD 2013)



MARCOS DA AGENDA

1985

Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM

1992

Lançada a Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher

1994

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres (Belém/PA)

1995

IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher (Pequim/China)

2000

Primeira Marcha das Margaridas

2003

Criação da Secretaria Políticas para as Mulheres, com status de Ministério

2004

I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

2005

I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM e instituição do Comitê de Articulação e Monitoramento (Decreto 5.390/05).

2006

Início da Central de Atendimento à Mulher - LIGUE 180

2006

Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06)

2007

II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

2007

Lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres como parte da Agenda Social do Governo Federal

2008

II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Decreto 6.387/08)

2009

Criação do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

2010

Criação do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Lei 12.227/10)

2011

III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

2012

Inclusão previdenciária de donas de casa de baixa renda (Lei 12.470/12)

2013

Lançamento do Programa Mulher, Viver sem Violência

2013

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres para o período de 2013 a 2015 (Decreto 7.959/13)

2013

Aprovação da PEC das Trabalhadoras Domésticas

2014

Transformação do Ligue em Disque 180



PNPM 2013-2015: PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

A transversalidade das políticas para as mulheres se evidencia no PNPM 2013-2015, que articula as resoluções da III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres e as disposições contidas no PPA 2012-2015, num amplo processo de pactuação com todos os órgãos governamentais que compartilham responsabilidades no Plano.

O PNPM ESTÁ ORGANIZADO EM DEZ CAPÍTULOS:

- 1** Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica;
- 2** Educação para igualdade e cidadania;
- 3** Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- 4** Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres;
- 5** Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão;
- 6** Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social;

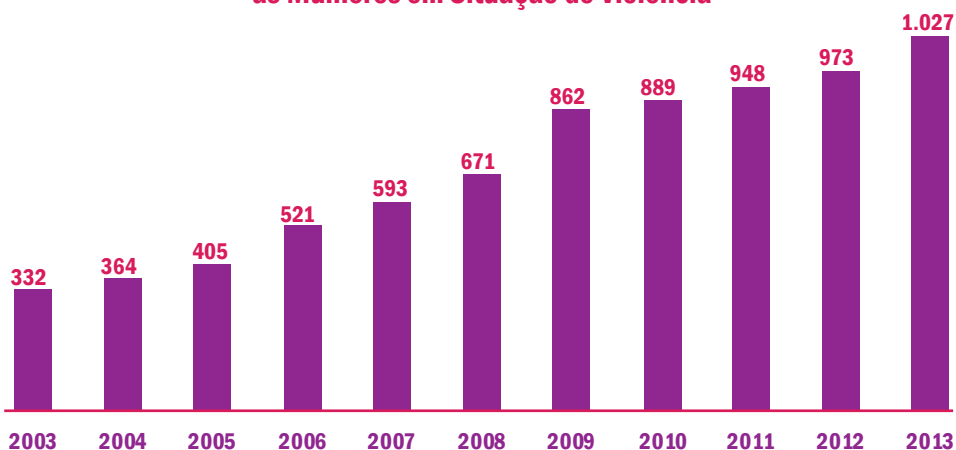
- 7 Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta;
- 8 Cultura, esporte, comunicação e mídia;
- 9 Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia;
- 10 Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência.



ENFRENTAMENTO DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Nos últimos dez anos, a Rede Especializada de Atendimento à Mulher mais que triplicou

Número de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência



Fonte: SPM/PR. Elaboração SPI/MP

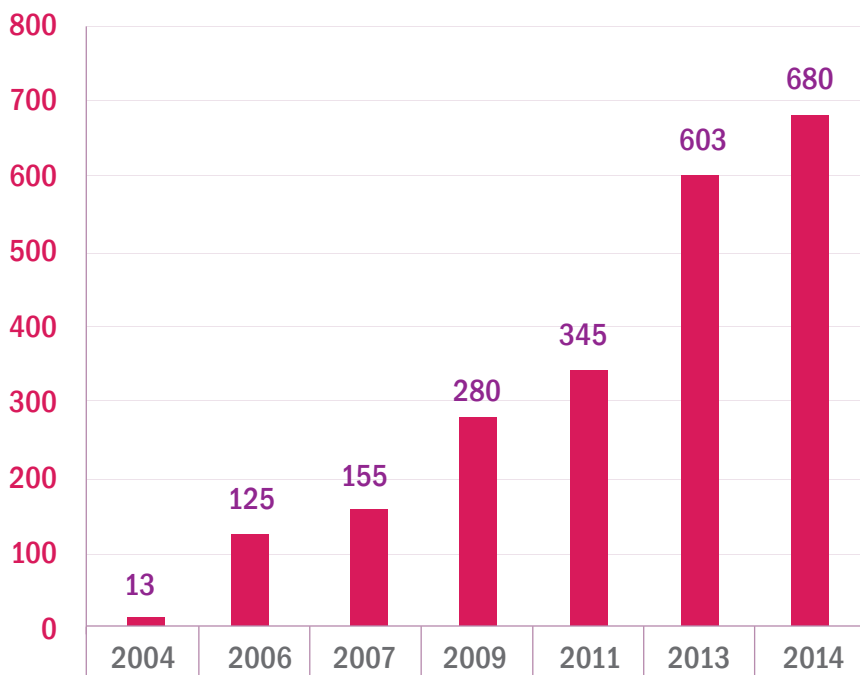
- Rede Especializada de Atendimento à Mulher: passou de **332** serviços em 2003, para **1.027** serviços, em 2013. Mais que triplicou em 10 anos
- **500** Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e Núcleos especializados em delegacias comuns
- **231** Centros Especializados de Atendimento à Mulher
- **77** casas-abrigo
- **45** Defensorias Especializadas
- **46** Promotorias Especializadas ou Núcleos de atendimento à Mulher no MP
- **100** Juizados e Varas Especializadas ou Adaptadas de Atendimento à Mulher
- **27** Núcleos de atendimento ao Tráfico de Pessoas/Mulheres

Fonte: SPM/PR. Elaboração SPI/MP

Fortalecimento dos Organismos de Políticas para as Mulheres em Estados e Municípios

INCENTIVO À CRIAÇÃO DOS ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (OPMS) NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS. EM 2004, 13 LOCALIDADES CONTAVAM COM OPMS. EM 2014 JÁ SÃO 680.

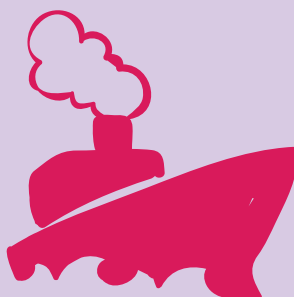
Evolução do Número de OPMS



REDE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, POR MEIO DAS UNIDADES MÓVEIS PARA MULHERES DO CAMPO E DA FLORESTA:

ÔNIBUS E BARCOS:

53 UNIDADES ENTREGUES



Programa Mulher, Viver sem Violência

Casa da mulher brasileira

Ampliação da central 180

Organização e Humanização do atendimento à violência sexual com registro de informações e coleta de vestígios

Centro de atendimento às mulheres nas fronteiras

Campanhas continuadas de conscientização

Unidades móveis para mulheres em situação de violência no campo e na floresta

Ligue 180: mulheres estão perdendo o medo de denunciar os agressores

O NÚMERO DE MULHERES QUE DENUNCIARAM A VIOLÊNCIA LOGO NO PRIMEIRO EPISÓDIO CHEGOU A 3.150 EM 2013



EM 2013, HOUVE 620 DENÚNCIAS DE CÁRCERE PRIVADO, 340 DE TRÁFICO DE PESSOAS E 1.151 DE VIOLÊNCIA SEXUAL (MÉDIA DE TRÊS POR DIA).

EM 81% DOS CASOS, OS AUTORES DAS AGRESSÕES SÃO PESSOAS QUE TÊM OU TIVERAM VÍNCULO AFETIVO COM AS VÍTIMAS



EM 62% DOS CASOS, A VIOLÊNCIA É COMETIDA POR COMPANHEIROS, CÔNJUGES, NAMORADOS OU AMANTES DAS VÍTIMAS

19% APONTARAM OS EX-COMPANHEIROS, EX-MARIDOS E EX-NAMORADOS COMO AUTORES DAS AGRESSÕES





APENAS 6% DA VIOLÊNCIA TÊM COMO AUTORES PESSOAS EXTERNAS ÀS RELAÇÕES AFETIVAS

A VIOLÊNCIA FÍSICA REPRESENTA 54% DOS CASOS RELATADOS E A PSICOLÓGICA, 30%



IGUALDADE NO TRABALHO E AUTONOMIA ECONÔMICA

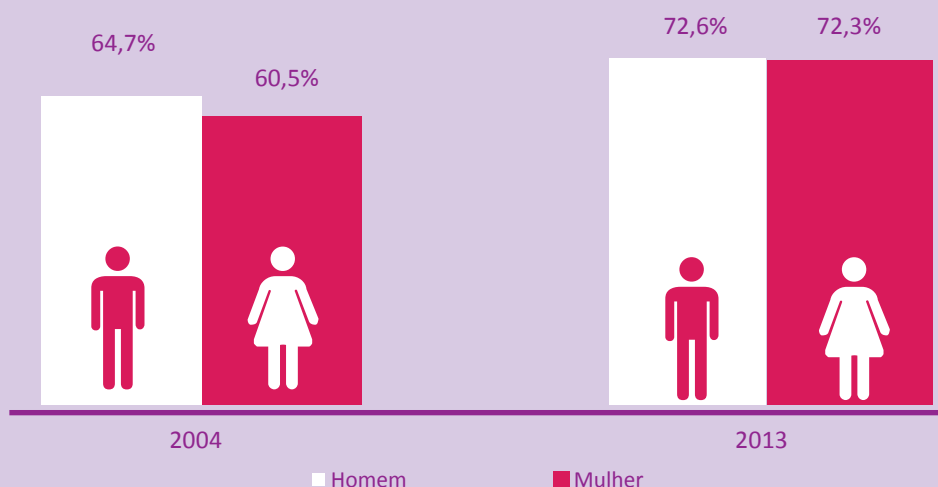
PEC das domésticas

EC nº 72 (abr/2013), conhecida como PEC das domésticas:

- AMPLIAÇÃO DE 13 PARA 29 OS DIREITOS GARANTIDOS
- DESTAQUE PARA O SEGURO DESEMPREGO, O FGTS, A PROTEÇÃO CONTRA DISPENSA ARBITRÁRIA OU SEM JUSTA CAUSA E A JORNADA DE 8H DIÁRIAS

Ampliação da cobertura previdenciária

Cobertura Previdenciária da População Ocupada (16 a 59 anos), segundo sexo - 2004 e 2013

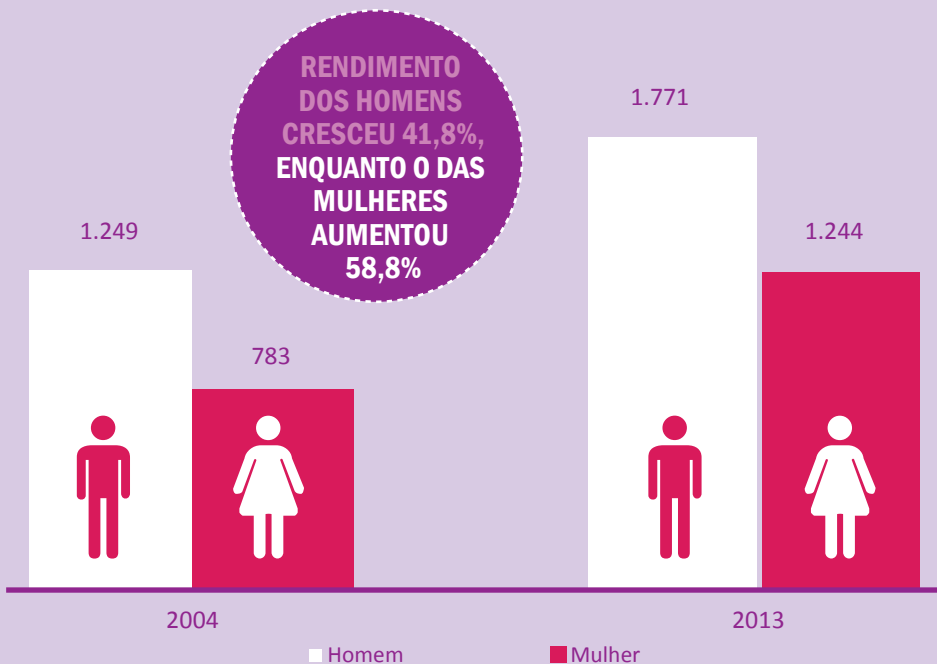


Fonte: Microdados das PNAD 2004 e 2013. Elaboração SPI/MP

Diminuição da diferença no rendimento entre homens e mulheres

Em 2004 as mulheres ganhavam em média 62,7% do rendimento dos homens, tendo esse percentual crescido para 70,2% em 2013.

Rendimento Mensal Médio de todos os trabalhos para Pessoas de 16 anos ou mais de idade



Fonte: Microdados das PNAD 2004 e 2013. Elaboração SPI/MP

¹ Corrigido pelo INPC para set/2013.

Quase 8,5 milhões de mulheres admitidas em trabalho formais em 2013

1,3 MILHÃO DE MULHERES ADMITIDAS NO PRIMEIRO EMPREGO

QUASE 7 MILHÕES DE MULHERES ADMITIDAS POR REEMPREGO

8,5 MIL MULHERES ADMITIDAS POR REINTEGRAÇÃO

183 MIL MULHERES CONTRATADAS POR PRAZO DETERMINADO.



Capacitação para o mercado de trabalho

16.695 MULHERES URBANAS, DO CAMPO E DA FLORESTA FORAM CAPACITADAS EM 2012/2013

Programa Mulheres Mil: Educação profissional a mulheres em situação de vulnerabilidade social

**MAIS DE
59 MIL**

MULHERES ATENDIDAS
DESDE 2011

40%
NA REGIÃO NORDESTE



QUASE 20 MIL MULHERES ATENDIDAS SOMENTE EM 2014

Mulheres no campo

Safra 2012/13 - **2,5 milhões** de família acessaram o Pronaf:

18% dos contratos efetivados por mulheres.

Safra 2013/14 - **27%** de participação de mulheres:

515.106 contratos

ATER: **50%** do público deve ser mulheres

ATER Setorial beneficia mulheres em **12** territórios da cidadania

PAA - **36.125** mulheres agricultoras são fornecedoras de alimento:

37% do total.

Documentação da trabalhadora rural (PNDTR):

653.026 documentos emitidos (2012/2013):

71% no Norte e Norte e Nordeste

Microcrédito produtivo orientado

63%

DOS CLIENTES
SÃO MULHERES
(2013)



R\$ 5,7
BILHÕES
CONCEDIDOS

EXPANSÃO NOS BENEFÍCIOS PARA AS MULHERES:

30,35%

NO TOTAL DE OPERAÇÕES
DE MICROCRÉDITO

44,16%

NO VOLUME TOTAL
DE MICROCRÉDITO
CONCEDIDO

Construção de escolas de educação infantil

ATÉ 2012:

**CONTRATADA A CONSTRUÇÃO DE
3.122 CRECHES E PRÉ-ESCOLAS
1.579 MUNICÍPIOS
CONTEMPLADOS**

INVESTIMENTO R\$ 3,6 BILHÕES



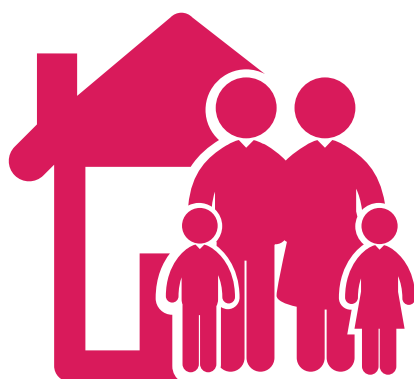
EM 2013:

**CONTRATADA A CONSTRUÇÃO DE
2.068 CRECHES E PRÉ-ESCOLAS
631 NOVOS MUNICÍPIOS
CONTEMPLADOS**

INVESTIMENTO R\$ 4 BILHÕES



Minha Casa, Minha Vida



**87% DOS PROPRIETÁRIOS
DAS MAIS DE 500 MIL UNIDADES
HABITACIONAIS PARA POPULAÇÃO
DE BAIXA RENDA SÃO MULHERES**



SAÚDE DA MULHER

Rede Cegonha: qualificação da atenção obstétrica e infantil

**PRESENTE EM TODOS
OS ESTADOS
E 5.488 MUNICÍPIOS;**

**2,5 MILHÕES DE GESTANTES
BENEFICIADAS.**



RESULTADOS:



**A QUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS EQUIPES,
INCLUINDO NO CUIDADO OBSTÉTRICO
AS ENFERMEIRAS OBSTÉTRICAS E OBSTETRIZES;**

**A CAPACITAÇÃO DE 390 PARTEIRAS TRADICIONAIS EM
ESTADOS DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE;**

**A INCORPORAÇÃO DOS TESTES RÁPIDOS DE SÍFILIS E HIV
PARA GESTANTES EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL E**

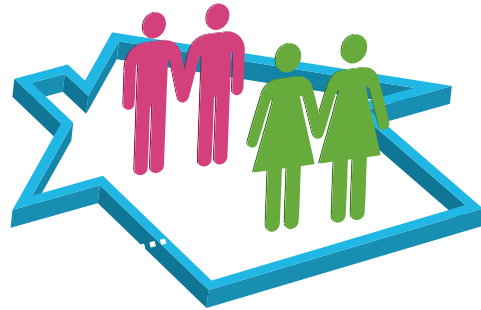
**O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA SISPRENATAL WEB,
COM A FINALIDADE DE PERMITIR O ACOMPANHAMENTO
ADEQUADO DAS GESTANTES INSERIDAS NA REDE CEGONHA.**

**PRIORIZAÇÃO NAS AÇÕES DE RASTREAMENTO
E DIAGNÓSTICO PRECOCE DO CÂNCER DE MAMA
E DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO:
EXAME CITOPATOLÓGICO E DA MAMOGRAFIA BILATERAL**

AGENDA POPULAÇÃO LGBT

A Agenda Transversal da População LGBT reúne os programas e ações do Governo Federal, com iniciativas intersetoriais amplas, que incluem os temas de saúde, assistência social, política para as mulheres lésbicas, educação básica, autonomia e emancipação da juventude, promoção e defesa dos direitos humanos e enfrentamento à violência. A coordenação das ações é feita pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

**No Brasil,
60 MIL CASAIS
HOMOSSEXUAIS
residem juntos**



Fonte: Censo 2010 (IBGE)



Marcos da Agenda

1988

Mobilização pela inclusão do termo “orientação sexual” na Constituição Federal não tem sucesso. Permanece apenas a vedação a qualquer forma de discriminação (art. 3º, inciso IV) na Constituição.

1995

Deputada Federal Marta Suplicy apresenta PL 1.151 que reconhece casamento de pessoas do mesmo sexo.
Criação da ABGLT, que reúne 200 organizações pelo Brasil e dá início a processo de multiplicação de redes nacionais.

2004

Rio Grande do Sul determina que cartórios de Títulos e Documentos registrem uniões homoafetivas

2006

Sancionada Lei Maria da Penha, que prevê união homoafetiva feminina; Início da tramitação do PLC 122, que criminaliza a homofobia.

2008

I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais; Portaria do MS permite operação de mudança de sexo pelo SUS.

2009

Sancionado Plano Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH3

2010

Criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD/LGBT; Portaria do MF permite declaração conjunta de casais homoafetivos; Instituído o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Portaria MPOG no. 233/2010 assegura o uso do nome social adotado por travestis e transexuais.

2011

STF reconhece união homoafetiva; Elaborado primeiro Relatório de Violência Homofóbica; Realizada campanha “Faça do Brasil um território livre de homofobia”. PL 658 prevê adoção de nome social em tramitação.

2012

Elaborado segundo Relatório de Violência Homofóbica.

2013

STJ orienta notários de todo o país a conceder casamento homoafetivo; Criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência LGBT.

Discriminação

É UMA VIOLÊNCIA QUE SE EXERCE PELAS PALAVRAS QUE OPRIMEM OU DESTROEM PSICOLÓGICAMENTE, POR OLHARES OU OUTROS SINAIS DE REJEIÇÃO

Homofobia

É O PRECONCEITO OU DISCRIMINAÇÃO CONTRA PESSOAS EM FUNÇÃO DE SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL E/OU IDENTIDADE DE GÊNERO PRESUMIDAS

Campanha contra a homofobia

Disque
100

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM GERAL, COM ATENDIMENTO ESPECÍFICO À POPULAÇÃO LGBT

Canais de Denúncias

DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER, SE CONSTITUINDO NUM CANAL ALTERNATIVO PARA AS MULHERES LÉSBICAS

Ligue
180

Disque
Saúde
136

OUVIDORIA DO SUS:
AUMENTO DO NÚMERO DE UNIDADES DE SAÚDE COM NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA, QUE PASSOU DE 5.898 PARA 9.124 EM 2013, E APOIO AOS NÚCLEOS DE PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE NOS 27 ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

AUMENTO DO NÚMERO DE DENÚNCIAS

Quadro
1

Comparação de I e II Relatório de Violência Homofóbica

I E II RELATÓRIO SOBRE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA	2011	2012	% DE AUMENTO
Denúncias	1.159	3.084	116,09%
Violações	6.809	9.982	46,60%
Vítimas	1.713	4.851	183,19%
Suspeitos	2.275	4.784	110,29%
Média violação/vítima	3,97	3,23	

Fonte: SDH

No Relatório de 2011 as denúncias foram feitas principalmente pelas próprias vítimas (41,9%), enquanto no Segundo Relatório, as denúncias foram feitas principalmente por terceiros (47,3%).



Avanços na gestão da política

Sistema Nacional LGBT
rede de combate à homofobia e
PROMOÇÃO DE DIREITOS LGBT

GTs de Segurança Pública

criados nos Estados do Amazonas, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e implementadas

ALAS ESPECÍFICAS PARA GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NOS PRESÍDIOS

dos estados de Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (esse última já as possuía desde 2009)

8 Comitês de Enfrentamento

a todas as formas de homofobia (homo-lesbo-transfobia), sendo implantados nos estados do

AMAZONAS, PARÁ, PIAUÍ, ALAGOAS, ACRE, RIO GRANDE DO SUL, DISTRITO FEDERAL E SÃO PAULO

(já estão em funcionamento os do Acre e São Paulo)



Centros de Promoção e Defesa de Direitos LGBT

espaços de acolhimento e encaminhamento de vítimas LGBT e seus familiares e amigos e estão em fase de conclusão dos processos de convênio em cinco estados:

BAHIA, SÃO PAULO, GOIÁS, RIO GRANDE DO SUL E ALAGOAS



Comitê Nacional de Políticas LGBT
reúne gestores e gestoras LGBT para **PACTUAÇÃO DE LINHAS A SEREM ADOTADAS** nas políticas dos estados e municípios

Novos conselhos municipais LGBT

criados em municípios como Itapipoca-CE, Cariacica-ES, São João Del Rey-MG, Alagoinhas-BA e Teresina-PI, com

encaminhamento de criação de outros conselhos em estados de **MINAS GERAIS, MATO GROSSO, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, PARANÁ E RORAIMA**



Formação, capacitação e educação



PROGRAMA GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA:

10.072 vagas ofertadas para profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ:

1.097 oficinas realizadas em 2013 para formação de lideranças comunitárias e educadores populares

Distribuição de materiais pedagógicos para **45 MIL ESCOLAS** públicas para enfrentamento do **BULLYING** no ambiente escolar

CURSO ESCOLA QUE PROTEGE: disponibilizadas **2.385** vagas em 2013 para **formação continuada** de professores e profissionais ligados à Rede de Proteção Integral

Nome social

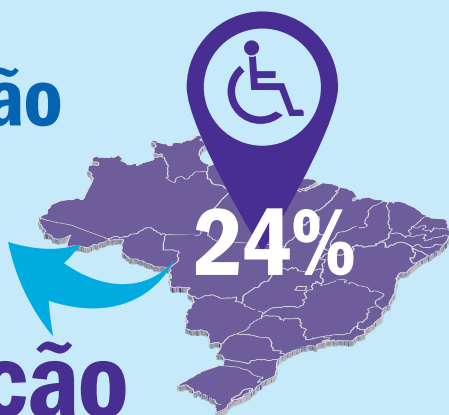
O **PL 658/2011**, que reconhece o nome social de **TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**, está em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em **decisão terminativa**

Entretanto, o **nome social JÁ É UMA REALIDADE** nos atendimentos realizados pelo **SUS** e para os **servidores** federais da administração direta, indireta e fundacional

AGENDA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Agenda Transversal da Pessoa com Deficiência possui ações na área de Cidadania e Justiça, Ciência, Tecnologia e Inovação, Educação Profissional e Tecnológica, Esporte e Grandes Eventos Esportivos, Mobilidade Urbana e Trânsito, Planejamento Urbano, Política Externa e Previdência Social. Abarca ainda o Plano Viver sem Limite cujos eixos são: Acesso à Educação, Inclusão Social, Atenção à Saúde e Acessibilidade.

24% da população
brasileira se
AUTODECLARARAM
com alguma
forma de limitação



Fonte: Censo 2010



Marcos da Agenda

- 1988** - Constituição Federal com maiores garantias de direitos humanos
- 1989** - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE
- 1993** - Lei Orgânica da Assistência Social
 - Benefício de Prestação Continuada para Pessoas com Deficiência (BPC)
 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
- 1994** - Passe livre às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual
- 1999** - Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE
- 2000** - Lei prioriza atendimento às pessoas com deficiência
 - São estabelecidas normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida

- 2001** - Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência
- 2002** - Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é regulamentada
- 2005** - Direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia é regulamentado
 - Instituído o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência
- 2006** - 1ª. Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência
- 2008** - 2ª. Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência
- 2009** - Sancionado Plano Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH3
 - Promulgada a Convenção Internacional sobre Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, com status de Emenda Constitucional
- 2010** - IV Conferência Nacional de Saúde Mental - Intersetorial
- 2011** - Lei altera artigo sobre BPC com definição de deficiência
 - Decreto dispõe sobre Educação Especial e atendimento educacional especializado
 - Instituído o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite
- 2012** - Instituídas as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana
 - Criado o Dia Nacional do Atleta Paraolímpico



Viver sem Limite

O PLANO VIVER SEM LIMITE - PVSL

visa promover o exercício pleno dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da **CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**



PRONATEC

Mais de 16.867 MATRÍCULAS de pessoas com DEFICIÊNCIA realizadas até set/2014

Ao mesmo tempo, estão sendo desenvolvidas AÇÕES para IDENTIFICAR AS DEMANDAS das empresas que possam ser SUPRIDAS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA CAPACITADAS PELO PRONATEC



ESCOLA ACESSÍVEL



Meta: tornar **42.000**

escolas acessíveis

Mais de **39.352 JÁ** receberam recursos.

Futuras escolas acessíveis

151 mil escolas (26%)



SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Antes do Plano, **24.000 escolas** possuíam salas de recursos multifuncionais para desenvolvimento de habilidades dessas pessoas.

O PVSL estabeleceu uma meta de implantar **15.000 salas** e atualizar as salas já em funcionamento com a aquisição de mais de **30 mil kits** de atualização

Até agora, **13.360 novas salas** estão prontas e **12.454 escolas** receberam kits para atualização de salas



ÔNIBUS URBANO ACESSÍVEL

Para garantir TRANSPORTE ESCOLAR

ACESSÍVEL,
foram adquiridas
2.304 UNIDADES,
e já entregues **1.366**
de uma meta de **2.609**



BPC NAS ESCOLAS

Censo escolar 2012 mostrou a ampliação de **23,8 mil** novos estudantes, atingindo **329,8 mil beneficiários do BPC**



BPC NO TRABALHO

Foram feitas 35.576 visitas a beneficiários do BPC para identificação e possível eliminação de barreiras de acesso ao trabalho.

Adesão de **1.318 municípios** ao Acessuas (integração dos usuários da Assistência Social ao mercado de trabalho).



RESIDÊNCIAS INCLUSIVAS

Moradias coletivas destinadas a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência.

Adesão de **155 municípios** e **6 governos estaduais**, totalizando **205 residências** confinanciadas. Atualmente, há **65 residências inclusivas** em funcionamento



CENTROS ESPECIALIZADOS EM REABILITAÇÃO (CER)

Existem 3 tipos de CER, para atender a dois, três ou quatro tipos de deficiência. Os CER também contam com transporte para facilidade de acesso.

102 CER habilitados em funcionamento e **77 projetos de construção** de novos CER aprovados pelo Ministério da Saúde.

CENTROS-DIA

Unidades de serviço do SUAS que atuam de forma articulada com demais serviços, ofertando cuidados, durante o dia, a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência.

Foram inaugurados **12 Centros-Dia**, de uma meta de 27 unidades (São Luís-MA, João Pessoa-PB, Curitiba-PR, São Gonçalo-RJ, Natal-RN, Caxias do Sul-RS, Joinville-SC, Campinas-SP, Belém-PA, Teresina-PI, Campo Grande-MS e Aracaju-SE).

UNIDADES HABITACIONAIS ADAPTÁVEIS

Unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida 2 construídas com maior área interna e portas mais largas para possibilitar o trânsito de uma cadeira de rodas, caso necessário. Quando da conclusão da construção e do atendimento à família é feita a adaptação, de acordo com o tipo de deficiência (existem 5 tipos de kit de adaptação).

Já foram contratadas **925.384 unidades adaptáveis**
e entregues **11.406 unidades com kits de adaptação**

ATENÇÃO ODONTOLÓGICA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A meta é
**QUALIFICAR O
ATENDIMENTO no
SUS para a
pessoa com
deficiência**



**469 Centros de
Especialidades
ODONTOLÓGICAS**
foram habilitados,
de uma meta de
425 unidades



Mais de **5.600
TÉCNICOS**
em processo
de capacitação



81 HOSPITAIS
receberam equipamentos
para implantação
de centros cirúrgicos



AGENDA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A população em situação de rua se caracteriza como um grupo heterogêneo, mas seus membros possuem em comum a pobreza extrema, a inexistência ou fragilidade dos vínculos familiares e a inexistência de moradia convencional regular. A população é público de diversas políticas públicas: geração de trabalho e renda, ampliação do acesso aos serviços de saúde e de assistência social, enfrentamento à violência e fim do preconceito.

**POPULAÇÃO ESTIMADA
EM 50.000 PESSOAS**



MARCOS DA AGENDA

● **1999**

Surgimento do Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR) com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel

● **2001**

Fundação do MNCR durante o 1º Congresso Nacional dos catadores(as) de Materiais Recicláveis (Brasília/DF)

● **2003**

1º Congresso Latino-Americano de Catadores em Caxias do Sul – RS

● **2004**

1º Ato pela Vida
III Festival Lixo e Cidadania

● **2005**

2º Congresso Latino – Americano de Catadores(as)

● **2006**

Marcha até Brasília
I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua

● **2009**

II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua

Instituído o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua – CIAMP-Rua

Sancionado Plano Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH3

● 2010

Natal dos Catadores e População de Rua

● 2012

1º Congresso Nacional do Movimento da População de Rua

● 2013

Realização do Seminário Nacional de Habitação de Interesse Social para a População em Situação de Rua



RESULTADOS DAS POLÍTICAS

114 CONSULTÓRIOS DE RUA EM FUNCIONAMENTO SÃO UNIDADES DE ACOLHIMENTO E CENTROS DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL QUE FUNCIONAM COMO MEDIDAS EMERGENCIAIS DE GARANTIAS MÍNIMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ABRIGO E CUIDADO À SAÚDE.

Crack, é Possível Vencer: Programa destinado aos usuários de crack, que beneficia também a parcela de moradores de rua contemplada

PRESENTE EM TODOS OS ESTADOS BRASILEIROS

118 ENTRE OS MUNICÍPIOS MAIORES DE 200 MIL HABITANTES JÁ REALIZARAM ADESÃO AO PROGRAMA

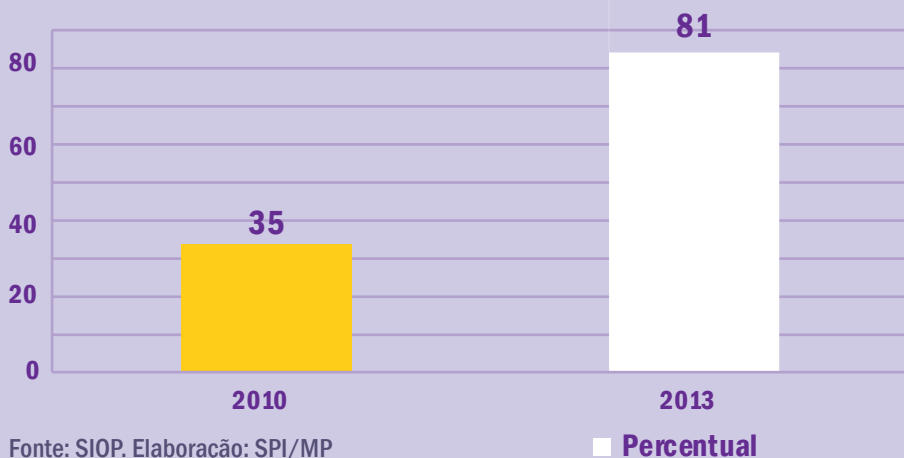


Centro POP: Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua

**OFERTA DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
PODE SER OFERTADO TAMBÉM O SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL**

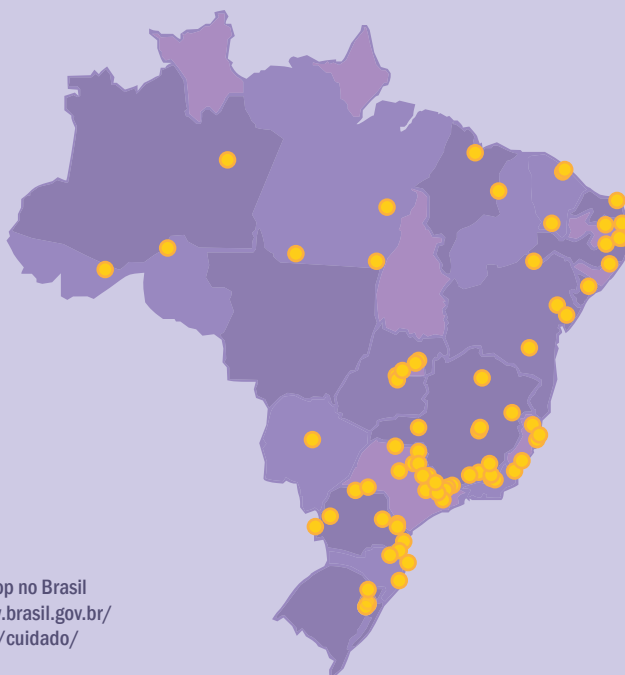
105 Centros POP no País

Municípios maiores de 100 mil habitantes com Serviço Especial para PopRua



NO MAPA ABAIXO É POSSÍVEL PERCEBER A DISTRIBUIÇÃO DOS 105 CENTROS POP QUE ESTÃO PRESENTES NAS CAPITAIS E NAS MAIORES CIDADES

DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS POP



Rede de CentrosPop no Brasil
Fonte: <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/centro-pop.html>

Serviços de acolhimento específicos

VAGAS EM 227 MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES
QUE RECEBEM O COFINANCIAMENTO FEDERAL
PARA OFERTA DE 24.975 VAGAS

Busca ativa para inclusão no CadÚnico

BUSCA ATIVA DA POPULAÇÃO AINDA NÃO BENEFICIADA PELOS
PROGRAMAS DE SUPERAÇÃO DA MISÉRIA

ESTÃO SENDO CRIADAS CAPACIDADES PARA MAPEAMENTO/
LOCALIZAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO NO CADÚNICO,
COM O DESENVOLVIMENTO DE UM FORMULÁRIO ESPECÍFICO
PARA ESSA POPULAÇÃO

Formação em direitos humanos

MAIS DE 1.097 OFICINAS ANUAIS
OFERECIDAS DESDE 2012
PARA LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS
E EDUCADORES POPULARES
DE PÚBLICOS DIVERSOS



Censo da População de Rua

EM FASE DE TESTES DE METODOLOGIA DE PESQUISA

Diminuição do Preconceito

REDUÇÃO DA LETALIDADE NAS AÇÕES POLICIAIS
AÇÕES DE TREINAMENTO E SENSIBILIZAÇÃO
DA POLÍCIA



Projeto Cataforte III

Criado para estruturar redes solidárias de cooperativas e
associações de catadores.

Avanços na cadeia de valor e inserção no mercado de recicláveis
de forma competitiva.

Prestação de serviços nas políticas públicas de coleta seletiva
de resíduos sólidos e de logística reversa.

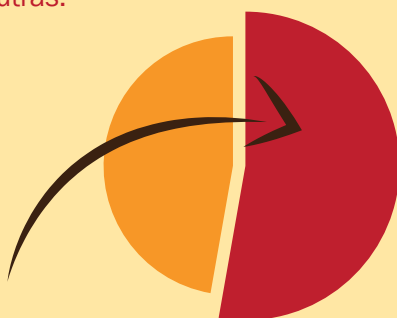
536 cooperativas apoiadas desde 2012.

AGENDA IGUALDADE RACIAL

O Governo Federal vem promovendo a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios no intuito de dar concretude à natureza transversal e intersetorial das ações. A Agenda de Igualdade Racial é composta por 27 programas, 73 objetivos e 155 metas do PPA 2012-2015, nas áreas de gênero, educação, saúde, esporte, cultura, assistência social, direitos humanos, desenvolvimento agrário, cidadania e justiça, segurança pública, trabalho e emprego, meio ambiente, entre outras.

**106,6 MILHÕES DE PESSOAS
SÃO PRETOS E PARDOS**

**O QUE REPRESENTA 53%
DA POPULAÇÃO BRASILEIRA**



**A POPULAÇÃO NEGRA ESTÁ CONCENTRADA
NAS REGIÕES**

NORDESTE E SUDESTE

40,2 MILHÕES

38,0 MILHÕES



NA REGIÃO NORDESTE

72,0%

DA POPULAÇÃO É NEGRA

NO NORTE ESTE PERCENTUAL

É DE 75,6%

**ALAVANCADO PELO GRANDE NÚMERO
DE PESSOAS QUE SE AUTODECLARAM
PARDAS (68,1%)**

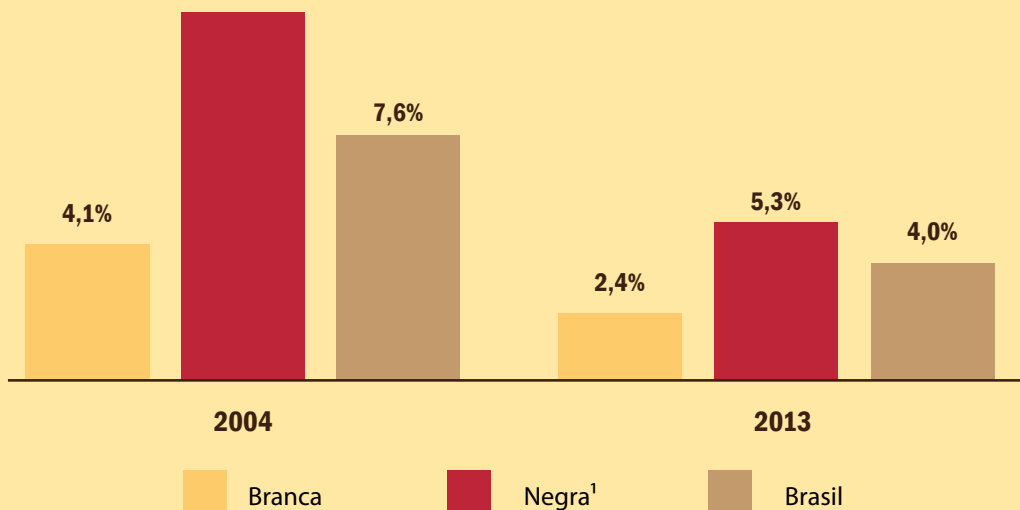


**NO SUDESTE, O PERCENTUAL ATINGE 45,0% E NO CENTRO-OESTE,
58,9%. NA REGIÃO SUL, ONDE 76,4% DOS RESIDENTES SÃO BRANCOS,
APENAS 22,9% SÃO PRETOS E PARDOS**



REDUÇÃO DA POBREZA

% da População em Situação de Extrema Pobreza 2004-2013

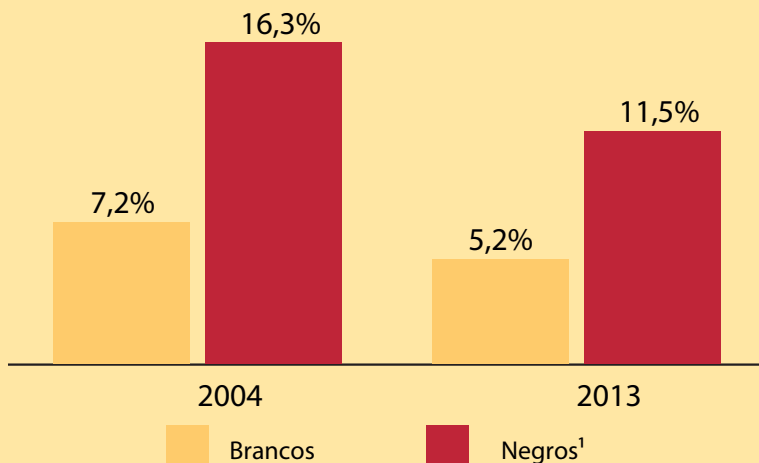


Fonte: PNAD 2004 e 2013. Elaboração SPI/MP

¹Na população negra foram somados os pretos e pardos.

Obs.: Foi considerado extremamente pobres a população com rendimento domiciliar per capita de até R\$70 (valores de jun/2011).

Taxa de analfabetismo por raça/cor (2004-2013)



Fonte: Microdados das PNAD 2004 e 2013. Elaboração SPI/MP

¹Na população negra foram somados os pretos e pardos.



MARCOS DA AGENDA

- 1988 ● Criação da Fundação Cultural Palmares
- 1989 ● Lei Caó - Define crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor
- 1995 ● Marcha Zumbi dos Palmares
- 2001 ● III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban (África do Sul)
- 2002 ● Programa Nacional de Ações Afirmativas
Programa Diversidade na Universidade

- 2003** ● Criação da SEPPIR e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR
 Inclusão da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” no currículo oficial da rede de ensino
 Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR
 Regulamentação do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos
- 2004** ● Criação do Programa Brasil Quilombola
- 2005** ● Programa Universidade para Todos – PROUNI
 I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
- 2007** ● Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
- 2009** ● II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
 Instituição da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
- 2010** ● Estatuto da Igualdade Racial
- 2011** ● Lançada Campanha Igualdade Racial é Pra Valer
- 2012** ● Lei de Cotas nas universidades
 Lançamento do Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra – Juventude Viva
- 2013** ● Lançado Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana
 III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
 Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola
- 2014** ● Lei de Cotas no serviço público

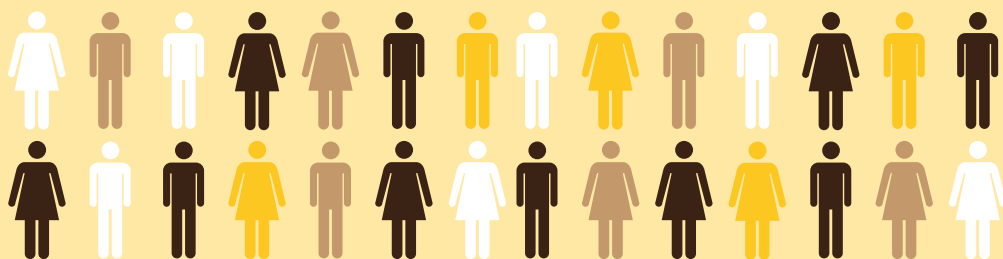


AVANÇOS NA GESTÃO DA POLÍTICA

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL:

Três Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial – CONAPIR, em 2005, 2009 e 2013.

Cerca de 80% das resoluções da III CONAPIR já estão contempladas, total ou parcialmente, no PPA 2012-2015.



SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL SINAPIR:

Busca organizar e fortalecer a institucionalização da igualdade racial no país, com foco nos estados, Distrito Federal e municípios.

Portaria que aprova os procedimentos de adesão e as modalidades de gestão publicada em fevereiro de 2014.



AÇÕES AFIRMATIVAS

Lei de Cotas para o Ensino Superior:

- 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas.
- Percentual para estudantes negros ou indígenas, proporcional ao segmento populacional da Unidade da Federação

Sistema de Seleção Unificada (Sisu):

- Oferta de 479.552 vagas no período de 2012 a 2014
- Sendo 171.401 vagas no 1º semestre de 2014. Das quais, 64.082 reservadas para estudantes do ensino médio público e destas, 38.739 para estudantes pretos, pardos ou indígenas

Programa Universidade para Todos - PROUNI:

- Bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação
- De 2005 até o primeiro semestre de 2014, concedidas 1.420.290 bolsas de estudo, sendo que 50,3% dos alunos beneficiados são pretos ou pardos

Programa de Bolsa Permanência:

- Em 2013, foram beneficiados 5.889 estudantes, sendo 29% de origem quilombola ou indígena.
- 1º semestre de 2014, foram 8.873 beneficiados, sendo 30% de origem quilombola ou indígena.

Lei de Cotas no serviço público:

- Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia (do Instituto Rio Branco):

- Capacitação de candidatos afrodescendentes à carreira de diplomata.
- Concessão de bolsas de estudos, com duração de 10 meses, destinadas a custear a preparação ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata



SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS

Ações de cuidado, atenção e prevenção +

Orientações sobre a gestão, formação de pessoal e produção de conhecimento

Doença Falciforme:

5 centros de pesquisa implantados

Todos os estados possuem pelo menos 1 serviço de atenção à Doença Falciforme e já fazem a triagem neonatal em Doença Falciforme (teste do pezinho)

7 hemocentros já possuem cadastro informatizado (conhecimento da prevalência da doença e sua distribuição no País)



PLANO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE NEGRA

O Plano é uma articulação de políticas públicas (44 programas de 11 ministérios) com foco na transformação de territórios vulneráveis, na criação de oportunidades de inclusão social e autonomia nos territórios selecionados e no enfrentamento ao racismo nas instituições. Maiores informações em relação ao Juventude Viva estão detalhadas na Agenda Transversal de Juventude.



POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Comunidades Quilombolas - Programa Brasil Quilombola

DE 2012 A 1º SEM/2014

- Publicados 24 RTID, identificando 71,4 mil hectares e beneficiando 2.306 famílias
- Publicadas 21 portarias, reconhecendo 33.880 ha e beneficiando 2.624 famílias
- Decretados 21 territórios de interesse social de terras quilombolas
- Publicados 14 títulos

Acesso a serviços

Educação: 2.235 escolas em territórios quilombolas, com 13.757 professores e 227.430 matrículas

Luz para Todos: 117 mil quilombolas atendidos

Minha Casa, Minha Vida: até março de 2014, foram contratados projetos para a construção de 7.214 unidades habitacionais em comunidades quilombolas

Saneamento básico: atendidas 160 comunidades quilombolas nos últimos 2 anos

Saúde da Família: quase 1.300 equipes alocadas para o atendimento de comunidades quilombolas em 689 municípios

Mais Médicos: 139 médicos atuaram em 293 equipes da Saúde da Família atendendo comunidades quilombolas de 108 municípios (em 2013)

Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP: 48 mil emitidas para quilombolas. 10.784 em 2013

Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER: 4.145 famílias quilombolas estão sendo atendidas.

CadÚnico (até abr/2014): 110,5 mil famílias quilombolas em 5.076 comunidades, das quais 1.749 são certificadas e 139 tituladas



OUTROS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

CadÚnico (até abril 2014): 2.648 famílias ciganas e 3.534 famílias pertencentes a comunidades tradicionais de matriz africana

I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana

ORGANIZADO EM 3 EIXOS ESTRATÉGICOS:

GARANTIA DE DIREITOS

TERRITORIALIDADE E CULTURA

INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

esses eixos estão organizados em 10 objetivos, 19 iniciativas e 56 metas.

**REALIZADO O SEMINÁRIO BRASIL CIGANO –
I SEMANA NACIONAL DOS POVOS CIGANOS:**

**CERCA DE 300 PESSOAS DE COMUNIDADES CIGANAS DAS DIFERENTES
REGIÕES DO PAÍS, ORIUNDAS DE 19 ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL.**



**SISTEMA DE MONITORAMENTO DE PROMOÇÃO
DA IGUALDADE RACIAL**

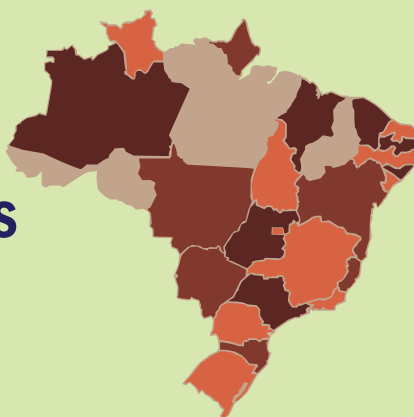
Sistema de Monitoramento de Promoção da Igualdade Racial é mais uma ferramenta de transparência e controle social disponibilizada ao cidadão. Lançado na III Conapir, o Sistema permite que duas grandes políticas públicas, o Plano Juventude Viva e o Programa Brasil Quilombola, possam ser acompanhadas com dados integrados e gráficos amigáveis. O Sistema também facilita o gestor na tomada de decisões, na medida em que apresenta possibilidades de cruzamentos de informações que contribuem para elaboração de diagnósticos.



AGENDA POVOS INDÍGENAS

A Agenda Transversal Povos Indígenas envolve a proteção e promoção de seus direitos e possui relação com os direitos humanos e sociais, com o meio ambiente e com a diversidade cultural. Ela contempla uma série de programas temáticos do PPA 2012-2015, com destaque para o Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, que busca, dentre outros, garantir aos índios a plena ocupação e gestão de suas terras; implantar e desenvolver a PNGATI; promover o acesso amplo e qualificado aos direitos sociais e de cidadania; e preservar e promover seu patrimônio cultural.

**OS INDÍGENAS
ESTÃO PRESENTES
EM TODOS
OS ESTADOS E DF**



- **POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA:
896.917 INDÍGENAS**



324.834

**HABITAM AS
ZONAS URBANAS**

572.083

**VIVEM NA
ZONA RURAL**



Dos que vivem na **zona rural** 517.383 vivem nas terras indígenas.

- **POVOS INDÍGENAS:**

**COMPÕEM
305 ETNIAS**

**FALAM CERCA
DE 274
LÍNGUAS
DIFERENTES**



A Funai registra 69 referências de grupos indígenas ainda não contatados, que são considerados povos em isolamento voluntário.



MARCOS DA AGENDA

- 1988** ● Constituição Federal - capítulo “Dos Índios” Art. 231 e 232
- 1989** ● Lei nº 7.716 – Referente a crimes resultantes de preconceito de raça e cor
- 1996** ● Decreto nº 1775 – Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas
- 1999** ● Implantação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena
Regulamentação da assistência à saúde dos povos indígenas no âmbito do SUS
- 2000** ● Instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro
- 2004** ● Promulgada a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais
- 2006** ● Conferência Nacional dos Povos Indígenas
Instituído o Plano Nacional de Áreas Protegidas
- 2007** ● Declaração das Nações Unidas – ONU, sobre os direitos dos povos indígenas
Promulgada a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais
Instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
- 2008** ● Instituído o Dia Nacional de Luta dos povos indígenas
Resolução da Secretaria Especial dos Direitos Humanos n.º 12 Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional
Diretrizes curriculares nacionais para o ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena
- 2009** ● Decreto nº 6861 – Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacional
- 2010** ● Criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI
Decreto nº 7.387 - Inventário Nacional da Diversidade Linguística.

2011 ● Regulamentação da atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental -FUNAI, Fundação Palmares, IPHAN e Ministério da Saúde, através da Portaria Interministerial nº 419/2011

Alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas

2012 ● Instituída a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI

Instrução Normativa INSS nº 61. Enquadramento como segurado especial o índio reconhecido pela Funai



AVANÇOS E DESAFIO NA GESTÃO DA POLÍTICA

Terras indígenas

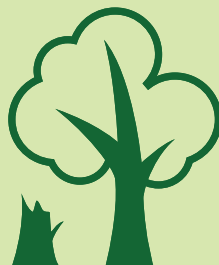
13% de todo território nacional;
98% das áreas indígenas estão no Amazônia Legal



**O desmatamento na Amazônia
é significativamente menor nas terras indígenas**

DESMATAMENTO DE TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL

- Terras indígenas: apenas 1% do total
- Áreas privadas: 59%
- Unidades de Conservação: 27%
- Assentamentos da reforma agrária: 13%



Processos de terras indígenas - resultados até o 1º semestre de 2014

publicados 21 estudos circunstanciados de delimitação de terras indígenas pela presidência da FUNAI

Declaradas 6 terras de posse permanente indígena pelo Ministro da Justiça

Homologadas por decreto presidencial 8 terras indígenas

Atual situação fundiária das Terras Indígenas

SITUAÇÃO	TERRA INDÍGENA	SUPERFÍCIE (EM HA)
INTERDITADA	6	1.084.049
DOMINIAL	6	31.070
RESERVA INDÍGENA	30	33.358
DELIMITADA	38	2.320.707
DECLARADA	65	4.519.850
HOMOLOGADA	14	531.917
REGULARIZADA	426	104.589.278
TOTAL	585	113.110.231

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI

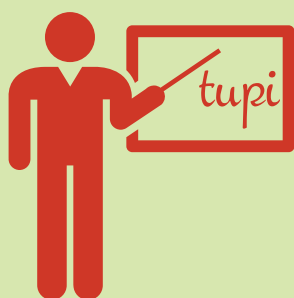
Fortalece práticas indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais e promove a inclusão social dos povos indígenas

Entre 2012 e 2013, foram implantados 803 projetos em áreas indígenas envolvendo a utilização de sementes e dos conhecimentos tradicionais, com assistência técnica específica às formas de produção indígenas



EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Educação diferenciada e bilíngue

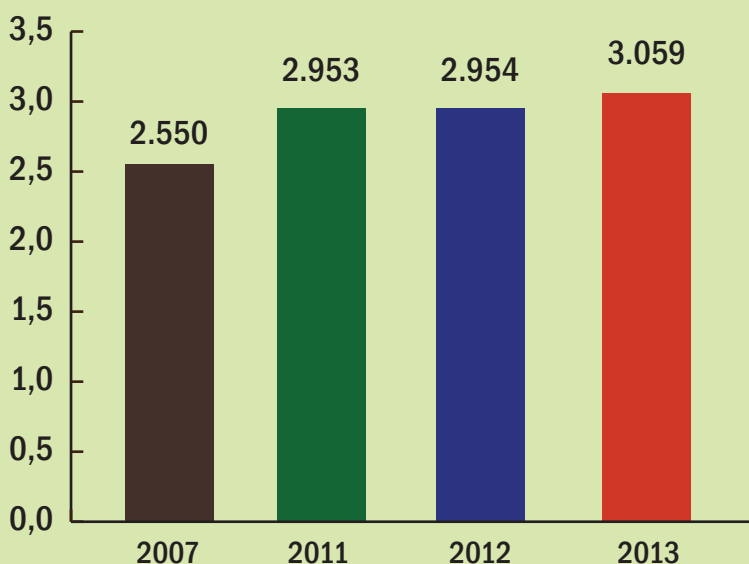


A Constituição Brasileira e as normas legais complementares asseguram aos povos indígenas educação diferenciada e bilíngue

A educação escolar diferenciada para os povos indígenas está inserida dentro do pacto federativo, e é de responsabilidade dos estados, municípios e do governo federal.

Cresce número de escolas indígenas

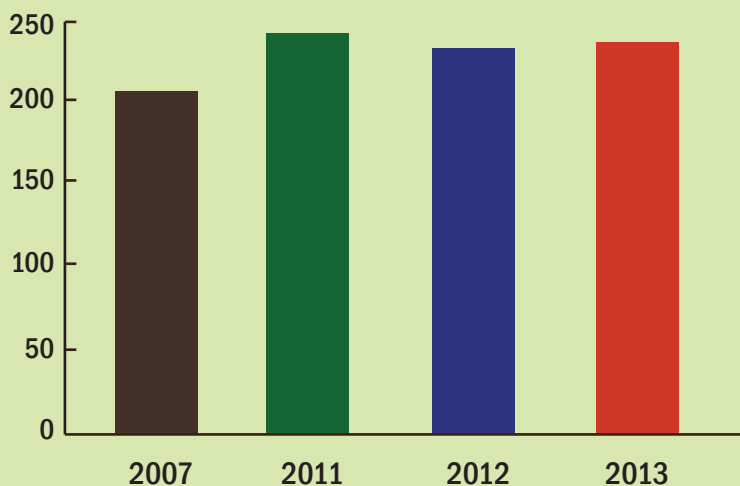
O número de escolas localizadas em terras indígenas cresce 23,41% entre 2007 e 2013.



Fonte: Censo Escolar/INEP
Elaboração SPI

Aumenta o número de alunos matriculados

Aumento de alunos matriculados foi de aproximadamente de 14% em relação a 2007



Fonte: Censo Escolar/INEP
Elaboração SPI

Distribuição das matrículas de alunos indígenas

TOTAL 238.113, SENDO:

22.612 na Educação Infantil;

175.348 no Ensino Fundamental;

15.721 no Ensino médio;

567 na Educação Profissionalizante
(concomitante ou subsequente);

23.834 na Educação de Jovens e Adultos

31 na Educação Especial.

Fonte: Censo Escolar/INEP

Territórios Etnoeducacionais – TEEs

CRIADOS EM 2009, OS TEEs SÃO UM MODELO ESPECÍFICO DE REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS

ATENDIMENTO ESCOLAR

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS NAS LÍNGUAS INDÍGENAS E NA LÍNGUA PORTUGUESA.

ATÉ 2013, FORAM PACTUADOS 23 TEEs

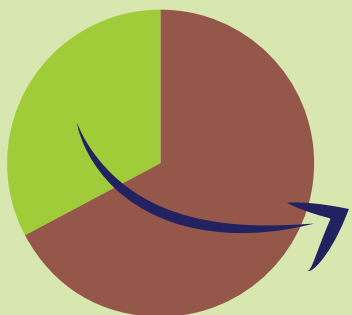
07 EM FASE DE PACTUAÇÃO

14 EM FASE DE CONSULTA

Educação Superior Indígena

**NO PRIMEIRO ANO DE VIGÊNCIA DA LEI DE COTAS
PARA O ENSINO SUPERIOR:**

**1 TERÇO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E 83%
DOS INSTITUTOS FEDERAIS JÁ RESERVAM 50%
DE SUAS VAGAS PARA A POLÍTICA DE COTAS**



**DO TOTAL DE
141.953 VAGAS OFERTADAS
NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS,
46.137 VAGAS FORAM
PARA ESTUDANTES COTISTAS.**

Programa Bolsa Permanência (2013)

**REPASSE DE AUXÍLIO FINANCEIRO COM A FINALIDADE
DE MINIMIZAR AS DESIGUALDADES SOCIAIS**

**CONTRIBUI PARA A PERMANÊNCIA E A DIPLOMAÇÃO DOS ESTUDANTES
DE GRADUAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA**

**NO ANO DE 2013, O GOVERNO FEDERAL PAGOU UM TOTAL
DE 5.889 BOLSAS, SENDO 1.506 PARA ESTUDANTES INDÍGENAS,
NO VALOR MENSAL DE 900 REAIS**

Promoção à Política Cultural Indígena

**CONSERVAÇÃO E TRATAMENTO DE ACERVOS SOBRE AS LÍNGUAS
E CULTURAS INDÍGENAS E AOS REGISTROS DOCUMENTAIS
A ELES REFERENTES...**



**... RESULTANDO EM CONDIÇÕES EFETIVAS
PARA QUE OS INDÍGENAS ASSUMAM:**

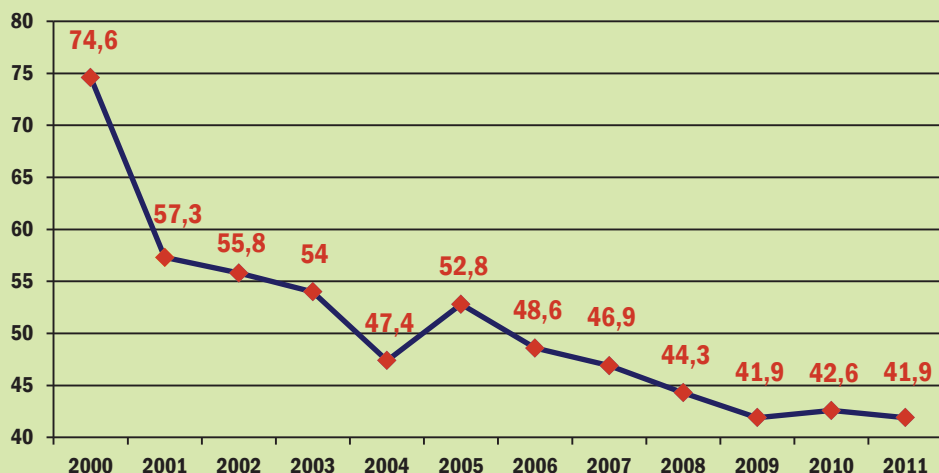
- **A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL,**
- **O GERENCIAMENTO DE BANCOS DE DADOS
E SÍTIOS NA INTERNET**
- **PROTAGONIZEM SEUS PRÓPRIOS PROJETOS
DE PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL.**



SAÚDE INDÍGENA

Diminuição da mortalidade infantil: um grande desafio

ENTRE OS ANOS 2000 A 2011 O DECLÍNIO DA TAXA FOI DE APROXIMADAMENTE 56%



Fonte: SESAI/MS . Elaboração: SPI/MPOG

Para o enfrentamento desse desafio, as ações de saúde indígena tem sido cada vez mais integradas com outras políticas públicas, com objetivo de promover uma ação integral para o alcance da redução da mortalidade infantil.

Aprimoramento do atendimento à saúde nas áreas indígenas

INCORPORAÇÃO DE 149 MÉDICOS

SENDO 24 ORIGINÁRIOS DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ATENÇÃO BÁSICA (PROVAB)

125 DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS

QUALIFICADOS 653 PROFISSIONAIS EM DIVERSAS ÁREAS DE ATUAÇÃO, COM DESTAQUE AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA E INFANTIL

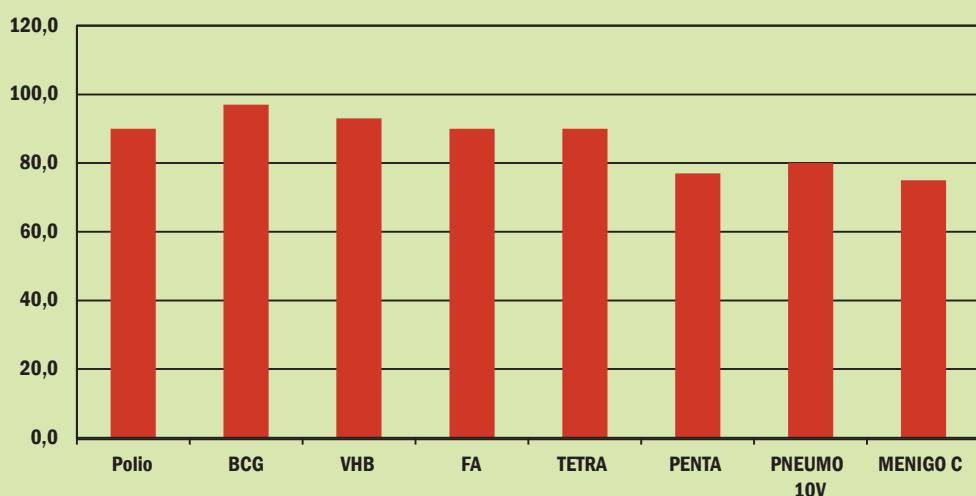
Cobertura Vacinal Indígena

84.102 IMUNIZAÇÕES EM CRIANÇAS MENORES DE 7 ANOS EM 2013, O QUE CORRESPONDE A 72.1% DA POPULAÇÃO



DURANTE O MÊS DA CAMPANHA, FORAM APLICADAS 183.038 DOSES DE VACINAS, EM 137.104 INDÍGENAS RESIDENTES EM 1.144 ALDEIAS (94.2%)

COBERTURA VACINAL DA POPULAÇÃO INDÍGENA, MENORES DE 5 ANOS



Fonte: DSEI/SESAI/MS. Elaboração: SPI/MP

Infraestrutura para a Saúde Indígena

O GOVERNO FEDERAL NOS ANOS DE 2012 E 2013, CONTRATOU 267 OBRAS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA)

CONTRATADAS, EM 2013, 9 INTERVENÇÕES NAS CASAS DE APOIO À SAÚDE INDÍGENA - CASAI, SENDO 1 DE IMPLANTAÇÃO E 8 DE REFORMA OU AMPLIAÇÃO

IMPLANTADO O SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA (HORUS) EM 34 E DISTRITOS SANITÁRIOS ESPECIAIS INDÍGENAS - DSEI, BEM COMO EM 40 CASAI





SEGURANÇA ALIMENTAR

353.853

cestas de alimentos
distribuídas em 2013
para aproximadamente

65.000

famílias indígenas
em situação de
insegurança alimentar



COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA- CNPI

**PRESIDIDA
PELA PRESIDÊNCIA
DA FUNAI**

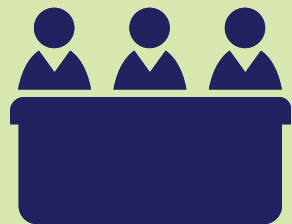
**COMPOSTA POR 20
LIDERANÇAS INDÍGENAS
(10 TITULARES E 10 SUPLENTE)**

**2 ONGS
INDIGENISTAS**

**12
REPRESENTANTES
GOVERNAMENTAIS**



**3 CONVIDADOS
PERMANENTES
(INCLUINDO
MINISTÉRIO
PÚBLICO FEDERAL)**



A instalação da CNPI em 2007 transformou os povos indígenas em atores na formação das políticas públicas indigenistas